



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº SEI 3/2026.

O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná – CRF-PR, com sede na Rua Presidente Rodrigo Otávio nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR, atendendo ao determinado pelas disposições da *Lei Federal nº 14.133/2021* e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e em seus anexos, torna público que realizará licitação nos seguintes moldes:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Critério de julgamento: **MAIOR DESCONTO**

Modo de disputa: **ABERTO**

Data da Sessão Pública: **25/05/2026, às 09h00min**

Local: [Sistema de Compras do Governo Federal](#)

UASG: **389454**

Valor total estimado da contratação: **R\$ 50.271,08 (cinquenta mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).**

SUMÁRIO

[1. DO OBJETO.](#)

[2. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES.](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.](#)

[4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.](#)

[5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.](#)

[6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.](#)

[7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES.](#)

[8 DA FASE DE JULGAMENTO.](#)

[9 DA FASE DE HABILITAÇÃO.](#)

[10 DO TERMO DE CONTRATO.](#)

[11 DOS RECURSOS.](#)

[12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.](#)

[13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.](#)

[14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.](#)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para **Execução de Projeto de Reforma do Estacionamento** do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF-PR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item com valor global, o preço total estimado já contempla os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e a disputa de preços será realizada com o critério de maior desconto nos valores orçados (Tabela de Referência: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - **SINAPI**).

1.3 Os serviços deverão ser executados na Sede do CRF-PR em Curitiba, na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1296 e as especificações do projeto e suas condições constam no Termo de Referência e seus anexos (CATSER 1783: Obra Civil de Estacionamento).

1.4 A vigência contratual está condicionada a execução integral do objeto, ou seja, o contrato será considerado executado após o recebimento definitivo da solução.

2. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1 Este processo licitatório será realizado na modalidade de Pregão Eletrônico e, por conseguinte, conduzido por representante do CRF-PR denominado Pregoeiro, o qual será responsável pela inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o [Sistema de Compras do Governo Federal](#).

2.2 A publicidade deste edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e no [sítio eletrônico do CRF-PR](#).

2.3 Em atendimento ao que determina a Lei, ocorrerá a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em jornal diário de grande circulação.

2.4 Este edital ficará disponível pelo período mínimo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua publicação, conforme prazo indicado no art. 55 da Lei nº 14.133/2021 para contratação de serviços comuns de engenharia.

2.5 A simples participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão e, no caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam no Termo de Referência anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com cadastro regular no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF](#) e no [Sistema de Compras do Governo Federal](#).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Essa Licitação é exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos

termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8 Será admitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observados os termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9 Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14 O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16 A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

6.1.1 percentual de desconto concedido na tabela de referência (SINAPI) total do item;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão

pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

7.19.3 desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 empresas brasileiras;

7.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

7.21 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23 Após a negociação do preço, se necessário, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022. Para isso, o licitante **deve encaminhar proposta formal** com, no mínimo, as mesmas informações do Modelo de Proposta disponibilizado no anexo deste Edital, a partir da solicitação do Pregoeiro.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projetos;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10 Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores

adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Verificada a compatibilidade da proposta e o atendimento aos requisitos previstos neste edital, a proposta será aceita e iniciar-se-á a fase subsequente.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe. De todo modo, o licitante deverá anexar esta documentação quando convocado, para que se mantenham o amplo acesso aos dados e a transparência na licitação.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada em cartório.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia do local** de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio dos endereços eletrônicos: licitacao@crf-pr.org.br e compras@crf-pr.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal **assinada pelo seu responsável técnico** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos

existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 Os prazos do item anterior poderá ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato. Além disso, o licitante deverá observar as disposições do Termo de Referência quanto a comprovação de vínculo do responsável técnico (Qualificação Técnico-Profissional - item 9.34 do TR).

10.5.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez)

minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do CRF-PR.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial e seu percentual será calculado após avaliação da comissão de apuração de responsabilidade indicada pela autoridade competente.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguintes endereço de e-mail: licitacao@crf-pr.org.br.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRF-PR, acessível por meio deste [LINK](#).

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1 Anexo I - Termo de Referência;

14.1.1.1 Estudo Técnico Preliminar, como apêndice do Anexo I;

14.1.2 Anexo II - Minuta de Contrato;

14.1.3 Anexo III - Modelo de Proposta;

14.1.4 Anexo IV - Fotos de Apoio - Árvores para remoção;

14.1.5 Anexo V - Planilha de Orçamento Editável;

14.1.6 Anexo VI - Modelo de Declaração das Condições.

Curitiba, 08 de maio de 2026.

Valquires S. Godoy - Autoridade Competente



Documento assinado eletronicamente por **Valquires Souza Godoy, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná**, em 08/05/2026, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1189750** e o código CRC **EE40180C**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 1189626/2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de engenharia para execução de Reforma do Estacionamento** do CRF-PR, sem dedicação exclusiva de mão de obra. Este objeto é enquadrado como não continuado e está disponível no catálogo de compras do governo federal nos termos da tabela abaixo:

GRUPO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
542 - Serviços Gerais de Construção	1783	Obra civil de estacionamento	UND

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.3 O prazo de vigência da contratação é limitado à conclusão dos serviços, considerada inclusa a fase de recebimento definitivo do objeto, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 76693886000168-0-000001/2026;

II - Data de publicação no PNCP: 02/04/2025;

III - ID do item no PCA: 159

IV - Identificador da Futura Contratação: 389454-54/2026

*Consulta: <https://pncp.gov.br/app/pca/76693886000168/2026>

** O CATSER previsto no PCA foi alterado para o declarado acima considerando a compatibilidade do item catalogado com o objeto deste termo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Anexo a este Termo, o Cronograma estimado por engenheiro contratado, que deverá embasar as propostas dos licitantes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no ETP, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratação deverá buscar a racionalização do consumo de energia na execução dos serviços abrangidos no objeto;

4.1.2 Os resíduos sólidos gerados deverão ser descartados conforme as normativas ambientais vigentes;

4.1.3 A condução dos serviços deverá observar a legislação ambiental, com preservação ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação de serviços. É dever da contratada orientar seus empregados quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, em especial nos recipientes adequados para coleta seletiva, disponibilizados nas dependências da Administração;

4.1.4 A execução dos serviços deverá obedecer às orientações do fiscal/gestor do contrato, quanto à utilização dos espaços, dos materiais, do descarte e da limpeza do ambiente.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1 Os serviços que englobam a retirada e inclusão de vegetação poderão ser subcontratados a empresas que atendam aos requisitos de aceitação abaixo descritos.

4.2.2 O gestor do contrato deverá acompanhar o quantitativo dos serviços subcontratados, devendo juntar ao processo a comprovação de habilitação da subcontratada, bem como os serviços autorizados neste formato.

4.3 A licitante deverá apresentar a documentação de habilitação da subcontratada no ato da formalização do termo de contrato. O fiscal do contrato será o responsável por coletar a documentação da subcontratada, validar sua autenticidade e submeter à aprovação do gestor do contrato, que autorizará, ou não, a execução dos serviços subcontratados.

4.4 Os documentos necessários serão os mesmos exigidos na habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária constante no Edital da Licitação, podendo ser substituídos pelo SICAF. Além disso, será necessário apresentar **01 (um) atestado de capacidade técnica da subcontratada** que comprove sua experiência no serviço específico ao qual foi subcontratada para realizar.

4.5 Não será aceita empresa subcontratada com impedimentos de contratação com entes públicos. A licitante vencedora deverá submeter a parcela dos serviços subcontratados a empresa igualmente idônea, sob pena de inexecução contratual e das penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

4.6 É vedada a subcontratação completa da obrigação.

4.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização

ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica e habilitação necessários para a execução do objeto.

Garantia da contratação

4.10 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, **em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.**

4.10.1 Tratando-se de serviço de engenharia, **será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.11 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica com correção monetária.

4.13 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.15.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.16 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.16.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.16.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.16.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.17 A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.17.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.18 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.22 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente pelo índice eleito no termo de contrato.

4.24 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.27 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por funcionário designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.28 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.29 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.29.1 O interessado deverá enviar e-mail para os endereços: compras@crf-pr.org.br e licitacao@crf-pr.org.br para solicitar agendamento da vistoria.

4.29.2 Vistorias sem agendamento prévio não serão autorizadas, por questão de segurança.

4.30 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.31 A não realização da vistoria **não poderá** embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.31.1 É importante mencionar que as condições da rua onde o imóvel do Conselho se encontra não suporta caminhões de grande porte devido a vegetação que permeia o pavimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A contratada deverá executar os serviços de acordo com a documentação técnica disponibilizada como anexo deste termo. O fiscal técnico dos serviços será o engenheiro responsável pelo projeto executivo, que estará disponível sempre que necessário.

5.2 A execução deste objeto contempla:

- Demolição de Áreas Internas: Deverão ser demolidas as áreas de piso impermeável indicadas em projeto executivo para a criação das novas zonas de infiltração; Retirada da vegetação necessária ao cumprimento do projeto. ** Vide MEMORIAL DESCRITIVO, anexo a este termo.*
- Preparo: O solo deverá ser descompactado em uma profundidade mínima de 20cm, garantindo a capacidade de absorção hídrica do terreno natural.

- Pavimentação em Paver: Blocos de concreto intertravados (Paver), com espessura mínima de 6cm, assentados sobre colchão de areia. Execução de sub-base em brita graduada compactada. As juntas devem ser preenchidas com areia fina ou pó de brita para garantir o travamento das peças.

- Áreas Permeáveis (Compensação Drenante): Vegetação: Plantio de Grama Esmeralda em placas; Substrato: Camada de terra vegetal adubada sobre solo descompactado; Cotas de Nível: O nível final da grama deverá estar ligeiramente abaixo do nível do paver (aproximadamente 2cm) para permitir que o escoamento superficial do estacionamento seja direcionado para as áreas de infiltração.

- Sinalização e Delimitação: Vagas: Demarcação das vagas com tinta acrílica para sinalização viária na cor branca; Contenção: Instalação de mini-guia de concreto para separação física entre a área de paver e as áreas de grama.

** A execução deve seguir rigorosamente as cotas e dimensões indicadas no projeto executivo. Qualquer alteração em canteiro de obra que reduza a área permeável final de 453,71 m² poderá acarretar em irregularidade perante o Urbanismo de Curitiba.*

5.2 Os serviços deverão observar:

- a) A prévia autorização por meio de Ordem de Execução a ser enviada pelo departamento responsável ao preposto indicado;
- b) A apresentação da documentação da empresa subcontratada, bem como o limite de subcontratação pré-estabelecido, quando couber.
- c) O Projeto Executivo em anexo a este termo;
- d) A entrega de relatório dos serviços executados, com a garantia declarada, como condicionante para o atesto da Nota Fiscal;
- e) A emissão de ART para a execução dos serviços, a cargo da contratada e sem ônus ao CRF-PR;
- f) A solicitação, junto à Prefeitura de Curitiba, de licenças, certidões certificados e quaisquer documentos que se fizerem necessários para caracterizar o recebimento definitivo do objeto (vide item IV do ETP). Toda a documentação deverá correr a cargo da contratada, devendo compor a proposta na licitação.

5.3 Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1 Os serviços solicitados deverão ser executados no endereço da Sede do Conselho, situada na Rua Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Hugo Lange, Curitiba - PR, 80040-452. Os horários de execução deverão ser combinados com o fiscal/gestor do contrato, podendo ser agendados para dias sem expediente na autarquia, por força de operacionalização ou conveniência.

5.3.2 Para a viabilização das novas vagas de estacionamento, as áreas permeáveis internas foram recalculadas conforme o projeto aprovativo, apresentando os seguintes índices: Área do Lote: 1.755,25 m² Área Atingida: 9,60 m² Área Remanescente: 1.745,65 m².

5.3.2.1 SITUAÇÃO ATUAL (AS-BUILT): Área Permeável: 425,90 m² (24,39%); **Vagas de Estacionamento: 5 vagas;** Projeção da Edificação: 835,05 m².

5.3.2.2 SITUAÇÃO ADEQUADA (APROVATIVO/EXECUTIVO): Área Permeável Final: 453,71 m² (25,99%); **Vagas de Estacionamento: 11 vagas;** Projeção da Edificação: 835,05 m². ** Para maior detalhamento, observar os anexos deste termo.*

5.4 Rotinas a serem cumpridas

5.4.1 Após o recebimento da Ordem de Execução, a contratada deverá confirmar dia e horário da visita inicial via e-mail ou telefone com o departamento responsável.

5.4.2 O local da execução da reforma deverá ser isolado e sinalizado, de acordo com a legislação municipal e as normas do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-PR), cabendo à contratada sua identificação e demarcação.

5.4.3 No ato da execução dos serviços, os funcionários da contratada deverão portar documento de identificação, uniforme, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ferramentas, equipamentos e materiais para a completa execução da demanda. Não haverá compra paralela de material/equipamento faltante a cargo do Conselho, **cabendo a contratada a disponibilização integral dos itens necessários a correta execução;**

5.4.4 Pessoal sem EPI ou quaisquer equipamentos essenciais a segurança de si ou do patrimônio da entidade **não serão autorizados à executar a demanda;**

5.4.5 Equipamentos com mau-funcionamento, materiais de baixa qualidade, ferramentas inadequadas e quaisquer outros instrumentos serão barrados pelo fiscal de contrato, que emitirá notificação formal a contratada perante à inexecução da demanda;

5.4.6 **A compra dos materiais deverá ser operacionalizada pela contratada, isentando os funcionários do Conselho desta responsabilidade.**

5.4.7 Em caso de danos ao patrimônio do Conselho, a Contratada será oficiada a restituir os bens, da forma e pelo meio necessário arbitrado pela autoridade competente.

5.4.8 O pessoal disponibilizado pela contratada não estabelecerá qualquer vínculo trabalhista com o CRF-PR, sendo de responsabilidade da Contratada os encargos e pagamentos devidos.

5.4.9 O pagamento dos serviços e/ou materiais ocorrerá **somente** após a emissão de Nota Fiscal com a concessão do percentual de desconto anunciado na licitação, respeitado o cronograma estabelecido e a aprovação da execução pelo fiscal técnico designado. Não haverá pagamentos à contratada ou ao seu pessoal por meio de outras formas, senão após o atesto da NF e respectivo depósito pelo departamento financeiro.

5.4.10 A tratativa das demandas deverá ocorrer entre o preposto e o gestor/fiscal de contrato. A execução dos serviços poderá ser acompanhada por funcionário designado, que **não** poderá auxiliar a contratada nas ações necessárias ao cumprimento da demanda. O CRF-PR **não disponibilizará** pessoal para compor o quadro de funcionários da contratada.

5.4.11 A Contratada deverá dispor de ferramentas e equipamentos de diversas necessidades para operacionalização do serviço, como escadas, andaimes, chaves, cintos e capacetes de segurança, maquinário e adaptadores, ficando aos seus cuidados e isentando o CRF-PR da responsabilidade de guarda e armazenagem.

5.4.12 A comunicação com os funcionários do CRF-PR deverá priorizar o registro das conversas, resguardada a formalidade das tratativas e o acesso ao histórico.

5.4.13 Os serviços agendados e não realizados, bem como as visitas e vistorias marcadas e não efetuadas serão anotadas pelo gestor do contrato para embasar ofício à contratada do não cumprimento de prazos. Abrir-se-á, em ato próprio, procedimento de apuração de responsabilidade da empresa, sempre que o gestor do contrato sinalizar inexecuções e irregularidades durante sua vigência, resguardada a aprovação da apuração pela autoridade competente e preservado o direito de defesa da contratada.

5.4.14 A falta de comunicação com o preposto caracterizará irregularidade no atendimento, podendo ensejar responsabilização.

5.4.15 A elaboração dos relatórios deverá observar as informações mínimas descritas no item pertinente, sempre mantendo o padrão informativo.

5.4.16 Após a execução de serviços, o pessoal da contratada deverá garantir que o ambiente em que atuaram está apto para uso, efetuando a limpeza e a retirada de materiais descartáveis. **5.5 Materiais a serem disponibilizados**

5.5.1 Todos os materiais necessários à completa execução da reforma deverão ser fornecidos pela contratada, respeitados os limites orçados na tabela de orçamento disponibilizada.

5.5.1.1 No transcurso da execução poderá haver necessidade de outros imprevisíveis neste levantamento inicial. Caso aconteça, a contratada deverá solicitar reequilíbrio econômico financeiro do contrato e apresentar orçamento de preços de acordo com a TABELA SINAPI ou, se não constar na SINAPI, outra eleita como de referência (a seu critério, porém, a ser validada pelo gestor do contrato). A validação dos preços será efetivada na tabela de referência informada, sem prejuízo de pesquisas de mercado com fornecedores locais ou consulta à sites de compra e venda por parte do CRF-PR. O reequilíbrio passará por análise jurídica e técnica.

5.5.2 O CRF-PR não pagará por mau uso, desperdício e negligência na operacionalização dos itens fornecidos e manipulados pela Contratada.

5.5.3 O gestor poderá consultar pessoal qualificado para sanar dúvidas e/ou esclarecer situações que fugirem de sua expertise.

5.5.4 Todo o material fornecido pela contratada DEVERÁ observar o percentual de desconto concedido na licitação.

5.5.5 No decorrer da fiscalização contratual, haverá análise dos materiais empregados na execução pelo engenheiro designado. Caso note inconsistências ou inadequações, a contratada será oficiada para substituir o material fornecido, ou corrigir falhas na execução como um todo.

5.6 Relatórios a serem entregues pela Contratada

5.6.1 Ao término de cada etapa do cronograma, a contratada deverá entregar o *RELATÓRIO DE EXECUÇÃO* contendo o descritivo dos serviços prestados, o informe dos materiais usados e o preço. Este relatório deverá conter fotos das condições do ambiente antes e depois da etapa concluída, com fulcro na garantia de que os serviços foram realizados.

5.6.2 O relatório será avaliado pelos fiscais do contrato que deverão sinalizar possíveis adequações e/ou aprovar o relatório, sinalizando o gestor do contrato a autorizar o pagamento da Nota Fiscal (com exceção da primeira etapa).

5.6.3 O documento deverá conter a identificação da empresa, do CRF-PR e do contrato firmado, período da execução, descritivo sucinto da demanda atendida, o valor da mão de obra e dos materiais empregados e as fotos.

5.6.4 Caso haja necessidade de alterações no relatório, o fiscal do contrato entrará em contato para alinhamento.

5.6.5 O modelo deste relatório será disponibilizado como anexo deste Termo.

5.6.6 Após a conclusão do contrato, a Administração Pública deve divulgar em sítio eletrônico oficial (PNCP), em até 45 dias, os quantitativos executados e os preços praticados. Essa obrigação específica refere-se ao relatório final de execução, cabendo à contratada disponibilizar os preços praticados. Esse relatório deverá ser entregue ao fiscal do contrato, junto com o relatório de execução da última etapa do cronograma, sinalizando o término da execução e seus respectivos preços finais.

5.7 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7.1 A contratada deverá fazer visita de reconhecimento inicial das condições estruturais antes do início da execução;

5.7.2 As condições meteorológicas da cidade de Curitiba costumam ser constituídas de chuvas pontuais. Caso não haja condição de executar os serviços, a contratada deverá sinalizar o fiscal do contrato, que fará anotação própria no acompanhamento contratual.

5.7.3 O Alvará de Construção Provisório (alvará 391000 - segunda via) teve sua validade prorrogada, constando: **"DATA LIMITE PARA A CONCLUSÃO DA OBRA: 18/06/2026"**.

5.7.4 A Autorização Ambiental de Remoção de Vegetação foi concedida pela Prefeitura Municipal de Curitiba (ARP - 25002272), constando: **"Data de Validade: 27/05/2026"**.

5.7.5 Caso os prazos acima encontrem-se vencidos no ato da execução, a contratada deverá sinalizar o contratante a providenciar nova documentação junto à Prefeitura.

5.7.6 A sinalização e identificação das vagas integram o escopo do contrato, estando a cargo da contratada.

5.8 Especificação da garantia do serviço

5.8.1 A garantia de serviços de engenharia é regida principalmente pelo Código Civil e Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelecendo prazos de **90 dias para defeitos aparentes e 5 anos para solidez e segurança estrutural**.

5.9 Prazos a serem cumpridos pela contratada

1) 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, contado de sua disponibilização no Sei;

**Como condicionante da execução do contrato, será exigida apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que deverá ser emitida e apresentada em até 07 dias úteis após a assinatura do contrato.*

2) 05 (cinco) dias para visita inicial, contados da Ordem de Execução;

3) 05 (cinco) dias para o início das operações da etapa 01 do cronograma;

4) 05 semanas para o cumprimento do cronograma estabelecido pelo engenheiro (vide ANEXO 01);

5) 02 (dois) dias para a entrega dos relatórios, contados do último dia da etapa concluída;

6) 05 (cinco) dias para a emissão de Nota Fiscal, após a aprovação do relatório de execução.

7) 15 (quinze) dias para a baixa na ART junto ao Conselho de Classe respectivo, contado a partir da rescisão contratual, se necessário.

** Todos os prazos em dias deverão ser considerados como úteis.*

*** Os prazos poderão ser prorrogados a critério da administração e mediante solicitação formal, via e-mail. Caso não atendidos e sem justificativa prévia, o fornecedor fica suscetível à apuração de responsabilidade em procedimento próprio.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Contratada deverá indicar, quando da assinatura do contrato, preposto da empresa que será a pessoa a quem o gestor ou fiscal do contrato recorrerá sempre que necessário, cabendo-lhe participar de reuniões sempre que solicitado. O preposto deverá garantir que a execução do objeto seja realizada conforme o cronograma e escopo contratado, verificar a conformidade técnica dos serviços, materiais utilizados e garantir o uso de EPIs pela equipe, providenciar correções

necessárias caso o serviço não atenda aos padrões de qualidade e dirigir os trabalhos da equipe no local, sendo o único autorizado a receber ordens da fiscalização do contratante, evitando subordinação direta entre funcionário e contratante

6.1.1 O preposto atuará como responsável legal da empresa contratada, devendo comparecer presencialmente na sede do CRF-PR sempre que demandado. Será o responsável por apresentar os documentos solicitados (relatórios, notas fiscais, comprovação de pagamento de encargos trabalhistas, orçamentos, comprovantes, entre outros) sempre que se fizer necessário.

6.1.2 Em caráter de exceção, poderá ser convocado para reuniões online pelo gestor do contrato. Terá a obrigação de comunicar imediatamente ao contratante sobre qualquer paralisação, emergência ou imprevisto que impeça a execução da reforma.

6.1.3 O termo de contrato disporá sobre outras obrigações do preposto, caso seja necessário.

6.2 O gestor do contrato será o gerente geral do CRF-PR, Edivar Gomes, cujo contato poderá ser estabelecido pelo e-mail compras@crf-pr.org.br

6.2.1 Cabe ao gestor do contrato (além das obrigações previstas no contrato e em instrumento regulamentador aplicável):

a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

e) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço;

h) receber e dar encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024 e à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.3 A fiscalização administrativa do contrato será feita pelo gerente de compras do CRF-PR, Rodrigo Campilho, cujo contato poderá ser estabelecido pelo e-mail compras@crf-pr.org.br ou pelo telefone: (41) 3363-0234.

6.3.1 Cabe ao fiscal administrativo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

c) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

d) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

e) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.4 A fiscalização técnica do contrato será feita pelo engenheiro contratado, André Azevedo (CREA-PR 190.050/D).

6.4.1 Cabe ao fiscal técnico:

a) Fiscalizar a execução dos serviços da contratada;

b) Visitar a reforma e estar disponível ao preposto da contratada, sempre que solicitado;

c) Analisar o material empregado na execução;

d) Avaliar a execução quanto à conformidade com o Projeto;

e) Dar apoio ao pessoal administrativo, sempre que necessário;

f) Responder a questionamentos que envolvam a parte técnica e de orçamentação de sua responsabilidade.

g) Demais responsabilidades contidas no termo de contrato ou em instrumento que o substitua.

6.5 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.5.1 Os designados neste termo poderão ser substituídos por pessoal autorizado e igualmente capacitado.

6.6 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.7 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.8 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.9 As comunicações entre a entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.10 A entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.11 O Edital da Licitação trará como anexo minuta de termo de contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa, a ser definida em procedimento próprio de apuração de responsabilidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Fica expressamente estabelecido que, no preço contratado estão incluídos custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos de contratação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

8.2 Os pagamentos serão efetuados conforme as fases de execução do objeto previstas no cronograma disponibilizado no anexo 01.

8.2.1 Para início das atividades será efetuado o pagamento antecipado do "Marco 01 - Preparação e Demolições Técnicas" descrita no Cronograma, correspondente a 20% do valor total da contratação. Também será realizado pagamento antecipado de uma entrada de 10% do valor previsto nos outros marcos (02,03 e 04), antes do seu início, para cobrir custos iniciais de aquisição de materiais básicos, a mobilização da equipe e despesas administrativas, assegurando assim o início adequado dos trabalhos.

8.2.2 Para cálculo do valor dos adiantamentos, deverá ser usado o preço final da licitação, aplicado o desconto concedido no certame pela vencedora.

8.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.3.1 não produziu os resultados acordados,

8.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal, após entrega do relatório de execução pela contratada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.4.1 Ao final de cada fase do projeto, os fiscais do contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a aprovação do relatório de execução pelo gestor do contrato. A NF deverá ser emitida após a aprovação deste relatório.

8.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no ato do ateste da nota fiscal pelo gestor do contrato.

Liquidação

8.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de sete dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.7 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como o prazo de validade; data da emissão; dados do contrato e do órgão contratante; período respectivo de execução do contrato; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

8.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.19 O percentual de 20% do valor total da contratação será antecipado para a contratada iniciar os trabalhos, conforme explanado no item 8.2. Os demais pagamentos deverão ocorrer após o atesto da NF, já considerados os adiantamentos das fases.

Reajuste

8.20 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de **um ano contado da data do orçamento estimado**, considerando as planilhas referenciais orçamentárias (elaboradas com base na tabela SINAPI do mês de março de 2026).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO. O desconto concedido será linear sobre toda a planilha de orçamento, considerando a TABELA SINAPI de referência de MARÇO DE 2026.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Global (EPG), por haver cronograma e orçamento pré-estabelecido.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Tratando-se de serviço de engenharia, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global dos itens tabelados, os quantitativos previamente estimados e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha orçamentária elaborada pela Administração. A planilha será validada pelo pregoeiro e deve conter o mês de referência da tabela em que se baseou a proposta da licitante e o percentual de desconto concedido na licitação.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
** Será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da*

pessoa física.

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. **A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.*

Qualificação Econômico-Financeira

9.24 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26 balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) anterior, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.27 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica da Empresa

9.31 **Declaração** de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da

contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32 **Certidão de Registro Ativo** no Conselho de Fiscalização Profissional (CREA ou CAU) **da empresa** licitante em plena validade;

9.33 **Atestados de Capacidade Técnica:** Comprovação de que a empresa já executou serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

9.34 A comprovação de capacidade técnica da empresa deve ser comprovada na fase de habilitação.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), **devidamente registrado(s) no conselho profissional competente**, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1 Responsável Técnico Habilitado - **Encaminhar documentação que comprove vínculo direto do Responsável Técnico da empresa licitante, no ato da assinatura do contrato** (de acordo com o entendimento do TCU no Acórdão 2353/2024 - 2ª Câmara);

9.34.1.1 O responsável técnico **deverá possuir ensino superior completo em engenharia e/ou arquitetura, com registro no CREA/CAU.**

9.34.2 Certidão de Acervo Operacional (CAO) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Responsável Técnico.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;

- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

- última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$50.271,08 (cinquenta mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha de orçamento anexa. Abaixo, transcreve-se a composição do custo total com o BDI:

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA OBRAS DE REFORMA DO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO E READEQUAÇÃO DA ÁREA PERMEÁVEL DO LOTE

PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI (R\$) :						R\$		40.248,16
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 1.368,44	3,40%	Valores estimados para obras de reforma	OK	3%	4%	5,50%
2	SEGURO GARANTIA	R\$ 321,99	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1%
3	RISCO	R\$ 442,73	1,10%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 377,19	0,89%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	LUCRO	R\$ 3.164,13	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	TRIBUTOS	R\$ 4.348,45	8,65%		$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$			
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		5,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%		Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário			
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 10.022,92		Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário				
PREÇO TOTAL DO SERVIÇO (R\$) (COM BDI)		R\$ 50.271,08		Sem CPRB				
BDI (%)			24,90%	OK	Com CPRB	18,58%	22,23%	26,19%
						22,47%	26,24%	30,33%

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

* Esse valor foi levantado na fase inicial do planejamento da contratação e está sujeito a alterações, visto a necessidade de validação dos preços orçados pelo departamento responsável, na fase de análise de mercado. Caso haja alteração no preço final da licitação, o preço corrigido estará previsto no Edital e será o valor máximo aceitável do certame.

** Para este processo considerou-se apenas o BDI único, devido a homogeneidade e simplicidade dos serviços. As atividades são predominantemente de construção civil (terraplanagem, pavimentação, drenagem, etc), sem grande vulto de fornecimento de material. A adoção de BDI único é medida que simplifica a gestão contratual sem prejuízo ao erário e, embora o TCU recomende o BDI diferenciado para itens de alta materialidade e fornecimento puro, a presente estrutura de custos não identificou itens que se enquadrem estritamente como "mera entrega".

*** O BDI é individualizado por empresa, dependendo da sua eficiência, estrutura de custos e administração central. Se o licitante adotar um BDI maior que o do orçamento base, ele deve apresentar justificativa técnica detalhada e documentos comprobatórios (memoriais de cálculo, composição de custos, etc). A simples indicação de um percentual maior sem base pode levar à rejeição da proposta.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão à rubrica 6.2.2.1.1.01.04.04.005.022 - Outros Serviços Prestados por Pessoa Jurídica.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Compõem esse Termo de Referência, os seguintes anexos:

- ANEXO I - CRONOGRAMA
- ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;
- ANEXO III - PROJETO EXECUTIVO;
- ANEXO IV - ORÇAMENTAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO;
- ANEXO V - MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO;

Curitiba, 08 de maio de 2026.

Responsáveis pela elaboração do documento:

Edivar Gomes - Gerente Geral

Ana Carolina Souza - Assessora Técnica de Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 08/05/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edivar Gomes, Gerente Geral**, em 08/05/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1189626** e o código CRC **0B9C00A2**.



Dados do Cliente

Razão Social: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná - CRF-PR

CNPJ: 76.693.386/0001-68

Local: Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296. Hugo Lange - Curitiba/PR.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANO DE ATAQUE

PROJETO: Expansão de Estacionamento e Compensação Drenante

OBJETO: Planejamento de Desembolso e Cadência de Obras

1. ESTRATÉGIA DE FLUXO DE CAIXA E MEDIÇÕES

O planejamento financeiro desta obra foi desenhado para manter o equilíbrio entre o avanço das frentes de serviço e os aportes de recursos. As medições serão baseadas no valor global, divididas em marcos lógicos de entrega para garantir a saúde financeira do contrato e a transparência para o CRF-PR.

- **Critério de Medição:** A aferição será vinculada à entrega física total ou parcial de cada macroitem da planilha orçamentária referenciada (SINAPI 03/2026).
- **Provisão de Insumos:** O cronograma prevê que o maior volume de desembolso ocorra no Marco 03, período de maior aporte de materiais e concentração de mão de obra especializada para a pavimentação.

2. DETALHAMENTO DOS MARCOS DE INVESTIMENTO

MARCO 01: Preparação, Demolição e Manejo Ambiental (20%)

- **Atividades:** Mobilização de equipes, isolamento da área, demolição mecanizada de revestimentos cerâmicos/contrapisos e supressão das 16 árvores exóticas com a devida destinação de resíduos.
- **Investimento Estimado:** R\$ 10.574,25
- **Duração prevista:** Semana 01.

MARCO 02: Infraestrutura, Geotecnia e Base de Solo (30%)

- **Atividades:** Movimentação de terra para acerto de cotas, tratamento do subleito com compactação mecânica e execução da base granular (areia e pó de pedra) para suporte de carga do pavimento.
- **Investimento Estimado:** R\$ 15.861,38
- **Duração prevista:** Semana 02.

MARCO 03: Pavimentação e Revitalização Drenante (40%)

- **Atividades:** Assentamento do pavimento intertravado (paver fck 35 MPa) e execução das áreas de compensação permeável com plantio de grama sobre solo descompactado.
- **Investimento Estimado:** R\$ 21.148,50
- **Duração prevista:** Semanas 03 e 04.



MARCO 04: Sinalização e Encerramento Operacional (10%)

- **Atividades:** Pintura técnica das 11 vagas conforme normas de trânsito, instalação de elementos de sinalização, limpeza fina pós-obra e desmobilização.
- **Investimento Estimado:** R\$ 5.287,13
- **Duração prevista:** Semana 05.

3. QUADRO RESUMO DO CRONOGRAMA ESTIMADO

MARCO	DESCRIÇÃO DA FASE	PESO (%)	VALOR (R\$)
01	Preparação e Demolições Técnicas	20%	R\$ 10.574,25
02	Infraestrutura e Base de Solo	30%	R\$ 15.861,38
03	Pavimentação e Áreas Verdes	40%	R\$ 21.148,50
04	Sinalização e Entrega Final	10%	R\$ 5.287,13
TOTAL	INVESTIMENTO TOTAL DA OBRA	100%	R\$ 52.871,26

4. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O TEMPO DE EXECUÇÃO

O prazo total estimado para a conclusão das intervenções é de 35 dias. Este cronograma poderá sofrer ajustes pontuais em função de índices pluviométricos atípicos em Curitiba/PR, visando garantir as condições ideais para compactação de solo e rejuntamento seco do pavimento.

Curitiba, 16 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 16/04/2026 17:06:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Azevedo de Abreu Pinto
Engenheiro Civil
190050/D CREA/PR



Dados do Cliente

Razão Social: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná - CRF-PR

CNPJ: 76.693.386/0001-68

Local: Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296. Hugo Lange - Curitiba/PR.

MEMORIAL DESCRITIVO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO

AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTACIONAMENTO COM COMPENSAÇÃO DRENANTE

1. DIRETRIZES TÉCNICAS E CONFORMIDADE URBANÍSTICA

O presente projeto executivo detalha as intervenções de engenharia para a expansão da capacidade de estacionamento do imóvel. O objetivo central é a compatibilização entre a funcionalidade operacional das novas vagas e o cumprimento rigoroso dos índices urbanísticos vigentes em Curitiba.

Justificativa de Ajuste Geométrico: O layout executivo final apresenta ajustes em relação ao projeto legal aprovado anteriormente. Tais alterações fundamentam-se na necessidade de otimização do fluxo de águas pluviais e na conversão estratégica de áreas. Superfícies anteriormente impermeabilizadas (cerâmicas e alvenarias) foram destinadas à criação de bacias de infiltração vegetal, garantindo que o índice de permeabilidade final de 25,99% (453,71 m²) seja funcionalmente eficiente e atenda à legislação municipal.

2. ETAPA DE DEMOLIÇÃO, SUPRESSÃO E PREPARO DO SÍTIO

2.1. Desconstrução e Manejo de Resíduos (RCC)

As atividades de desconstrução visam a liberação das frentes de pavimentação e áreas de jardinagem, compreendendo:

- **Remoção de Pavimentos Rígidos:** 372,03m² de contrapiso e revestimentos cerâmicos existentes.
- **Remoção de Cobertura Vegetal Existente:** 249,54m² de grama.
- **Demolição de Alvenarias:** 5,22m² de estruturas diversas.
- **Supressão Vegetal:** Supressão de 16 (dezesseis) indivíduos arbóreos de espécies exóticas identificadas em levantamento.

Gestão Ambiental: A destinação de todos os resíduos vegetais (biomassa) e de construção civil (RCC) deverá seguir as diretrizes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). É obrigatória a apresentação da documentação comprobatória de destinação final em aterros licenciados para a composição do prontuário técnico da obra.

2.2. Terraplanagem e Estabilização do Subleito

- **Movimentação de Terra:** Execução de cortes e aterros para nivelamento conforme as cotas de projeto, garantindo declividade mínima de 1% em direção às áreas drenantes.
- **Tratamento do Solo:** Após a supressão e demolição, o solo das áreas de pavimentação deve ser compactado até atingir o grau de compactação exigido (mínimo de 95% do Proctor Normal), mitigando riscos de recalques diferenciais sob carga de veículos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS

3.1. Pavimentação em Blocos Intertravados (Paver) - 370,60 m²

- **Camada de Assentamento:** Colchão de areia média lavada com espessura de 3cm a 5cm, nivelada para recepção dos blocos.
- **Blocos (Paver):** Peças de concreto pré-moldado com resistência característica à compressão (fck) de 35 MPa e espessura de 6cm.
- **Rejuntamento e Intertravamento:** Preenchimento das juntas com areia fina seca ou pó de brita, seguido de compactação com placa vibratória para garantir o travamento mecânico das peças. Para fins de drenagem urbana, este sistema é classificado como superfície impermeabilizada devido à compactação estrutural necessária.

3.2. Áreas Permeáveis de Alta Performance - 249,85 m²

- **Descompactação Hídrica:** Nas áreas destinadas ao plantio, o solo original deve ser descompactado em uma profundidade de 30cm para romper camadas seladas e permitir a infiltração vertical.
- **Cobertura Vegetal:** Plantio de Grama São Carlos ou Esmeralda em placas, selecionadas pela alta resistência ao pisoteio eventual.
- **Manejo Pluvial:** Estas áreas atuam como bacias de infiltração. O nível do solo vegetal deve ser executado 2cm abaixo da borda do paver adjacente, facilitando a captação e infiltração do escoamento superficial.

4. SINALIZAÇÃO E ELEMENTOS DE CONTENÇÃO

- **Contenção Lateral:** Instalação de mini-guias de concreto para confinamento do pavimento de paver, impedindo o deslocamento lateral dos blocos no encontro com as áreas verdes.
- **Sinalização Viária:** Demarcação das 11 vagas de estacionamento conforme padrão SETRAN/SMU, utilizando tinta acrílica branca para sinalização viária com adição de microesferas de vidro para refletividade.



5. PLANO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PÓS-OBRA


Para garantir a vida útil do pavimento e a eficiência do sistema de compensação drenante, deverão ser observadas as seguintes diretrizes de manutenção:

- **Integridade das Áreas Permeáveis:** As bacias de infiltração (áreas de grama) não devem receber camadas extras de terra ou revestimentos decorativos impermeáveis (pedras decorativas com argamassa) que possam selar o solo. A manutenção da vegetação deve ser periódica para garantir que a taxa de absorção hídrica permaneça conforme projetado.
- **Limpeza do Pavimento Intertravado:** A limpeza do paver deve ser realizada preferencialmente por varrição. O uso de hidrojateamento de alta pressão deve ser evitado ou realizado com cautela, para não remover a areia de rejuntamento, o que comprometeria o intertravamento e a estabilidade das peças.
- **Reposição de Rejunte:** Caso seja observada a perda de areia nas juntas entre os blocos (devido a intempéries ou lavagens), deve-se proceder com a varrição de areia fina seca para o preenchimento das mesmas, garantindo a estabilidade estrutural do plano pavimentado.
- **Monitoramento de Recalques:** Durante os primeiros 6 meses após a execução, deve-se monitorar a ocorrência de eventuais recalques pontuais, especialmente em áreas de manobra de veículos pesados, procedendo com o ajuste da base e reassentamento se necessário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução fiel a este memorial e às pranchas técnicas anexas assegura a durabilidade do pavimento e a eficácia do sistema de manejo de águas pluviais. Este projeto foi concebido sob o rigor das normas da ABNT e diretrizes de urbanismo locais, visando a segurança estrutural e a responsabilidade ambiental do imóvel. Qualquer alteração em canteiro que resulte em modificação da taxa de permeabilidade final deve ser formalmente comunicada à fiscalização técnica para reavaliação dos índices do lote.

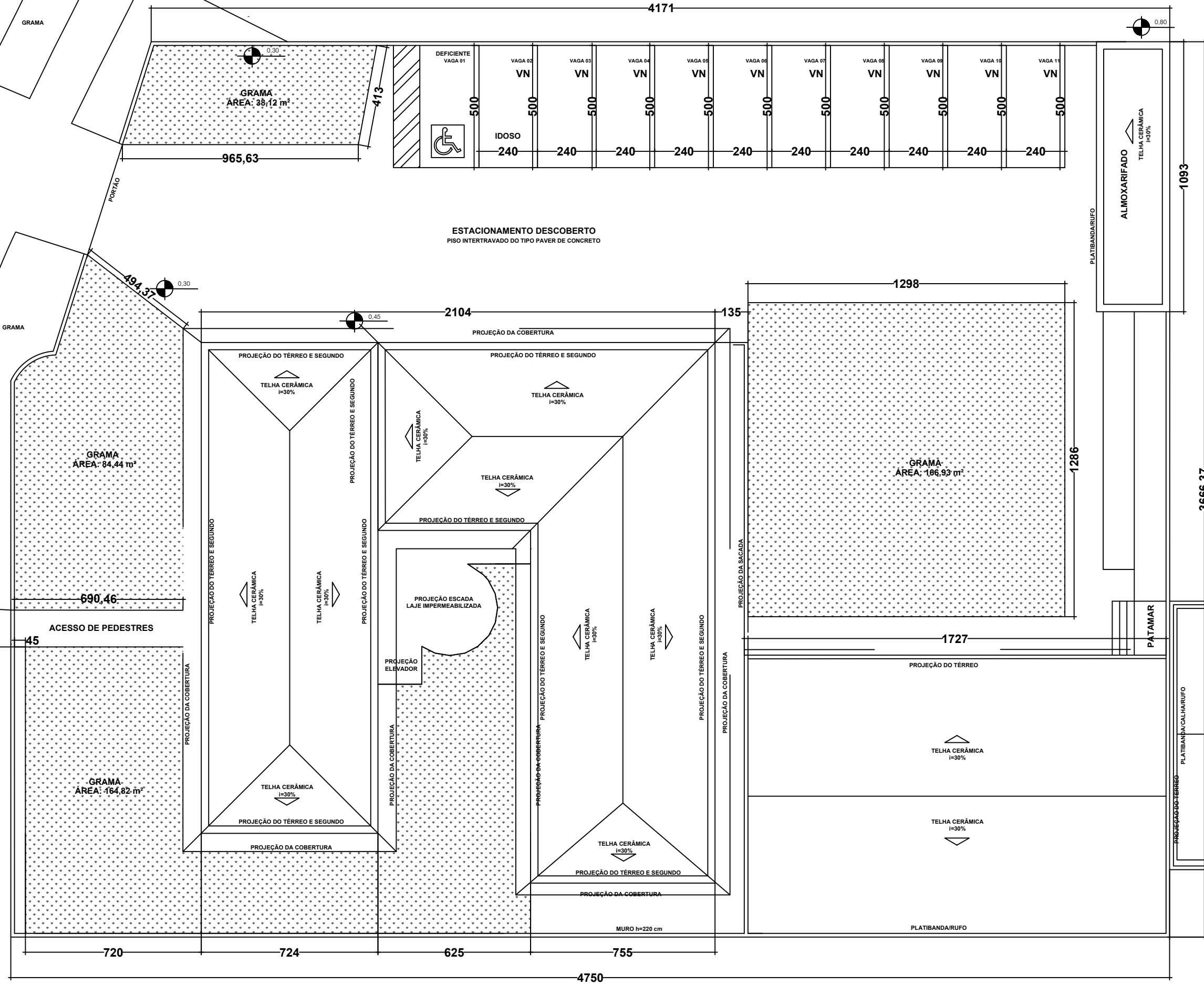
Curitiba, 16 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 16/04/2026 11:36:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Azevedo de Abreu Pinto
Engenheiro Civil
190050/D CREA/PR

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO
PAVIMENTO ANTI-PÓ

RUA FLÁVIO DALLEGRAVE



QUADRO DE ÁREAS

	ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL (m²)
TÉRREO	788,01
SEGUNDO PAVIMENTO	439,47
TÉRREO (ALMOXARIFADO)	32,80
	1260,28

ESTATÍSTICAS

ÁRE DO LOTE = 1.755,25 m²
ÁREA ATINGIDA = 9,60 m²
ÁREA REMANESCENTE = 1.745,65 m²
ÁREA PERMEÁVEL = 454,31 m²
TAXA DE PERMEABILIDADE = 26,02%
TAXA DE OCUPAÇÃO = 47,83%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO = 0,72
ÁREA DE PROJEÇÃO DA EDIFICAÇÃO = 835,05 m²
VAGAS DE GARAGEM = 11 vagas

IMPLANTAÇÃO/COBERTURA
ESCALA 1:100



VANGUARDA ENGENHARIA

R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR
(41) 98787-9935

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR

PROPRIETÁRIO

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

DATA

ABRIL/2026

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENG. CIVIL ANDRÉ AZEVEDO - CREA-PR: 190.050/D

ESCALA

INDICADA

CONTEÚDO DA PRANCHA

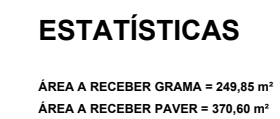
PROJETO ARQUITETÔNICO



Documento assinado digitalmente
ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 16/04/2026 11:36:28-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

FOLHA

01/01

RUA FLÁVIO DALLEGRAVE

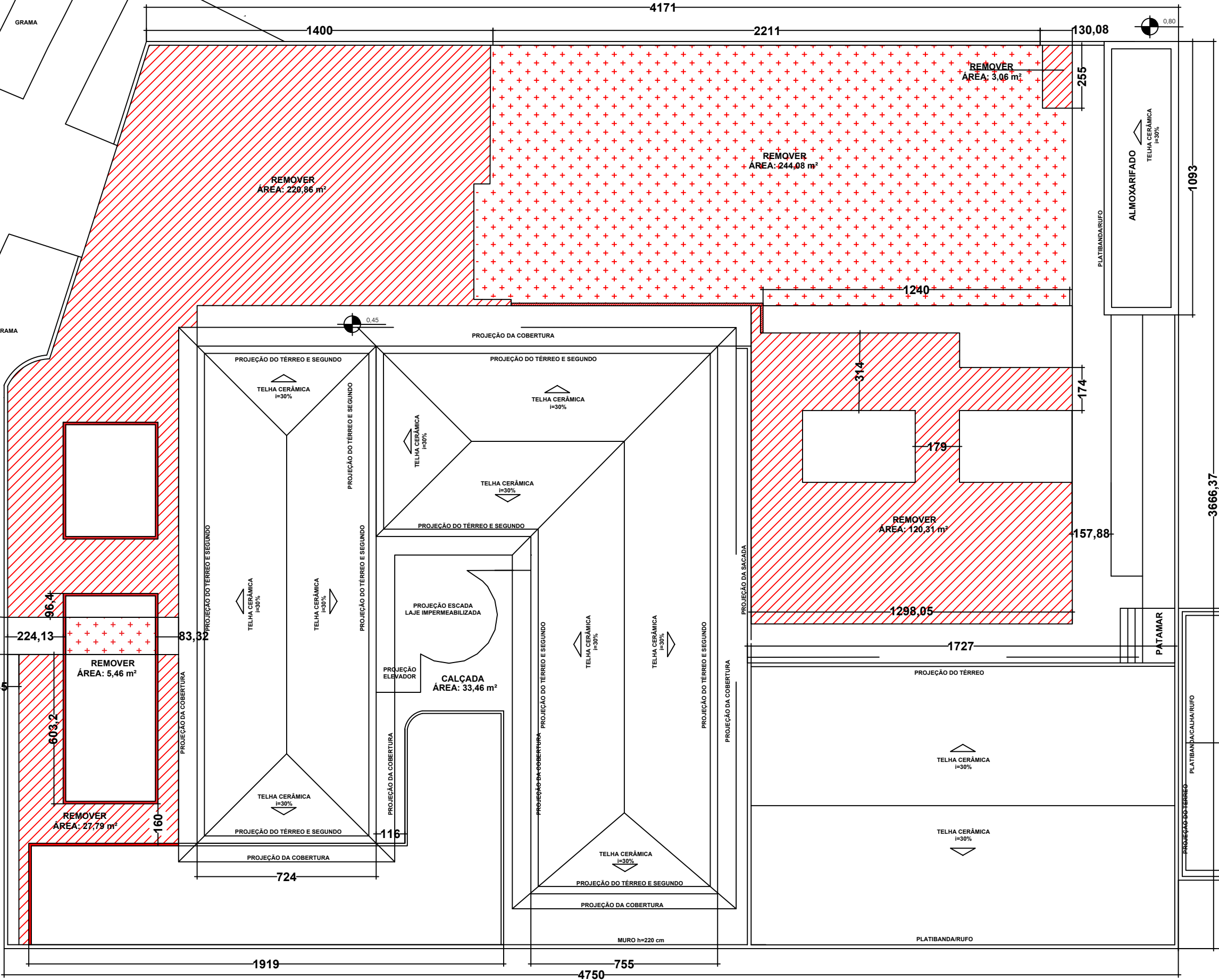


-  **INSTALAR BLOCO INTERTRAVADO**
-  **INSTALAR GRAMA**

RUA FLÁVIO DALLEGRAVE

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO

PAVIMENTO ANTI-PÓ




ESTATÍSTICAS

ÁREA A SER REMOVIDA DE CONTRAPISO/REVESTIMENTO CERÂMICO : 372,03 m²
ÁREA A SER REMOVIDA DE GRAMA = 249,54 m²
ÁREA A SER DEMOLIDA DE ALVENARIA = 5,22 m²

IMPLANTAÇÃO/COBERTURA

ESCALA 1:100

- DEMOLIR CONTRAPISO/PORCELANATO
- DEMOLIR ALVENARIA
- REMOVER GRAMA



VANGUARDA
ENGENHARIA

VANGUARDA ENGENHARIA
R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR
(41) 98787-9935

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

PROPRIETÁRIO

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

DATA

ABRIL/2026

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENG. CIVIL ANDRÉ AZEVEDO - CREA-PR: 190.050/D

ESCALA

INDICADA

CONTEÚDO DA PRANCHA

PROJETO ARQUITETÔNICO - DEMOLIÇÃO

Documento assinado digitalmente
ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 16/04/2026 11:42:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FOLHA

01/01

REFORMA DO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO E READEQUAÇÃO DA ÁREA PERMEÁVEL DO LOTE

Local: Curitiba (PR)

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Preço base: Sinapi Março/2026


Encargos Sociais (mensalista): 72,42%
Encargos Sociais (horista): 116,28%
BDI 24,90%

EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO E READEQUAÇÃO DA ÁREA PERMEÁVEL DO LOTE							
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$) SEM BDI
1			REMOÇÃO DE CONTRAPISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS EXISTENTES				R\$ 1.706,97
	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023				
1.1	90965	SINAPI	COMPRESSOR DE AR REBOCÁVEL, VAZÃO 89 PCM, PRESSÃO EFETIVA DE TRABALHO 102 PSI, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA 20 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	1,00	R\$ 8,90	R\$ 8,90
1.2	90964	SINAPI	COMPRESSOR DE AR REBOCÁVEL, VAZÃO 89 PCM, PRESSÃO EFETIVA DE TRABALHO 102 PSI, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA 20 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	1,00	R\$ 35,51	R\$ 35,51
1.3	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,00	R\$ 31,41	R\$ 502,56
1.4	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,00	R\$ 40,19	R\$ 643,04
1.5	5952	SINAPI	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - C	CHI	2,00	R\$ 35,49	R\$ 70,98
1.6	5795	SINAPI	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - C	CHP	2,00	R\$ 36,09	R\$ 72,18
	106122	SINAPI	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025				

1.7	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	12,00	R\$ 31,15	R\$ 373,80
2			REMOÇÃO DE COBERTURA VEGETAL EXISTENTE				R\$ 640,80
	98519		REVOLVIMENTO E LIMPEZA MANUAL DE SOLO. AF_07/2024				
2.1	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10,00	R\$ 32,67	R\$ 326,70
2.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10,00	R\$ 31,41	R\$ 314,10
3			DEMOLIÇÃO DE ALVENARIAS AO REDOR DOS CANTEIROS				R\$ 402,39
	104796		DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023				
3.1	90965	SINAPI	COMPRESSOR DE AR REBOCÁVEL, VAZÃO 89 PCM, PRESSÃO EFETIVA DE TRABA	CHI	1,00	R\$ 8,90	R\$ 8,90
3.2	90964	SINAPI	COMPRESSOR DE AR REBOCÁVEL, VAZÃO 89 PCM, PRESSÃO EFETIVA DE TRABA	CHP	1,00	R\$ 35,51	R\$ 35,51
3.3	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	R\$ 31,41	R\$ 125,64
3.4	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,00	R\$ 40,19	R\$ 160,76
3.5	5952	SINAPI	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - C	CHI	1,00	R\$ 35,49	R\$ 35,49
3.6	5795	SINAPI	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - C	CHP	1,00	R\$ 36,09	R\$ 36,09
4			SUPRESSÃO VEGETAL				R\$ 5.499,72
	98530		CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024				
4.1	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,00	R\$ 32,67	R\$ 1.110,78

4.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,00	R\$ 31,41	R\$ 1.067,94
	98527		REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M. AF_03/2024				
4.3	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 32,67	R\$ 980,10
4.4	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,00	R\$ 31,41	R\$ 942,30
4.5	5679	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	6,00	R\$ 70,73	R\$ 424,38
4.6	5678	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	6,00	R\$ 162,37	R\$ 974,22
5			PLANTIO DE COBERTURA VEGETAL				R\$ 2.818,90
	103946		PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024				
5.1	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,00	R\$ 32,67	R\$ 163,35
5.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,00	R\$ 31,41	R\$ 157,05
5.3	3322	SINAPI	GRAMA ESMERALDA OU SAO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS, SEM PLANTIO	M2	249,85	R\$ 10,00	R\$ 2.498,50
6			EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS				R\$ 29.179,38
	93680		EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022				
6.1	91285	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP,	CHI	1,00	R\$ 0,58	R\$ 0,58

6.2	91283	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP,	CHP	1,00	R\$ 10,98	R\$ 10,98
6.3	91278	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CE	CHI	1,00	R\$ 0,72	R\$ 0,72
6.4	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CE	CHP	1,00	R\$ 11,16	R\$ 11,16
6.5	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,00	R\$ 31,41	R\$ 753,84
6.6	88260	SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,00	R\$ 35,50	R\$ 852,00
6.7	36156	SINAPI	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETA	M2	370,60	R\$ 64,71	R\$ 23.981,52
6.8	4741	SINAPI	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M3	11,12	R\$ 81,81	R\$ 909,72
6.9	370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	18,53	R\$ 143,49	R\$ 2.658,86
TOTAL							R\$ 40.248,16

 Documento assinado digitalmente
ANDRE AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 30/04/2026 16:20:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO : ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PR : 190050/D

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA OBRAS DE REFORMA DO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO E READEQUAÇÃO DA ÁREA PERMEÁVEL DO LOTE

PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI (R\$) :						R\$			40.248,16
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)			
						1 Quartil	Médio	3 Quartil	
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 1.368,44	3,40%	Valores estimados para obras de reforma	OK	3%	4%	5,50%	
2	SEGURO GARANTIA	R\$ 321,99	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1%	
3	RISCO	R\$ 442,73	1,10%		OK	0,97%	1,27%	1,27%	
4	DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 377,19	0,89%		OK	0,59%	1,23%	1,39%	
5	LUCRO	R\$ 3.164,13	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%	
6	TRIBUTOS	R\$ 4.348,45	8,65%		$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$				
6.1	PIS		0,65%						
6.2	COFINS		3,00%						
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		5,00%						
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%						
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 10.022,92			Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário				
PREÇO TOTAL DO SERVIÇO (R\$) (COM BDI)		R\$ 50.271,08			Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário				
BDI (%)			24,90%	OK	Sem CPRB	18,58%	22,23%	26,19%	
					Com CPRB	22,47%	26,24%	30,33%	

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE ETAPA DO CRONOGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO

- **Empresa Contratada:** [Nome Empresarial / Razão Social]
- **CNPJ:** [00.000.000/0000-00]
- **Órgão Contratante:** Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF-PR)
- **Objeto:** Reforma do estacionamento da unidade [Nome da Unidade/Sede].
- **Pregão nº:** [0000/2026]
- **Contrato nº:** [0000/2026]

2. PERÍODO E ETAPA DE EXECUÇÃO

- **Nº da Etapa Relatada:** [Ex: 2ª Etapa]
- **Período de Referência:** [Dia/Mês/Ano] a [Dia/Mês/Ano]
- **Percentual Físico desta Etapa:** [00]%
- **Acumulado de Execução dos Serviços:** [00]%

3. DESCRITIVO SUCINTO DA DEMANDA ATENDIDA

Descreva as atividades realizadas nesta fase (ex: demolição de pavimento antigo, regularização de base, aplicação de pintura epóxi, sinalização vertical, etc).

- **Atividades:** [Descrever aqui os serviços executados conforme o cronograma físico-financeiro].

4. DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA ETAPA

Conforme exigência do item 5.6.3 do TR, seguem os valores detalhados:

5. EVIDÊNCIAS FOTOGRÁFICAS (ANTES E DEPOIS)

Conforme item 5.6.1 do TR, para garantia da realização dos serviços.

5.1 Subetapa: [Ex: Preparação do Piso / Pintura de Vagas]

6. DECLARAÇÃO DA CONTRATADA

Declaramos que os serviços acima descritos foram executados em estrita observância às normas técnicas da ABNT e especificações do Termo de Referência.

[Local - PR], [Data].

[Nome do Responsável Técnico/Representante Legal] Cargo / CPF

7. CAMPO EXCLUSIVO DA FISCALIZAÇÃO (Item 5.6.2 e 5.6.4)

DESPACHO DO FISCAL: () **APROVADO:** Relatório em conformidade. Encaminhe-se ao Gestor para autorização de pagamento da NF. () **RESSALVAS/ADADEQUAÇÕES:** Necessário realizar os seguintes ajustes: [Descrever ajustes].

Data: // ____ Assinatura do Fiscal: _____



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 27/04/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1160736** e o código CRC **96296853**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 23/2025.

Processo	PACS 049/2025 - Processo SEI/CFF nº CRFPR25.5.000005427-4
Objeto	Ampliação de Estacionamento
Sector Requisitante	Gerência Geral / Diretoria

INTRODUÇÃO

De acordo com as normas gerais de licitações públicas, as contratações de serviços desta autarquia seguirão os mandamentos da Lei de Licitações e Contratos (*14.133 de 2021*), e suas regulamentações atualizadas até o presente momento. Além disso, este Estudo Técnico Preliminar também observará as legislações locais das instalações da Sede do CRF-PR, em Curitiba, considerando a imperatividade de obediência da legislação estadual e municipal (no que couber) para tramitação de Obras e Serviços de Engenharia, com o intuito de avaliar a viabilidade desta contratação.

FUNDAMENTOS LEGAIS

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEI MUNICIPAL Nº 15.511, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019 - Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 11.095 DE 21 DE JULHO DE 2004 - Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no município, e dá outras providências

DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2397/2023 - Dispõe sobre a Regulamentação das Edificações no Município de Curitiba.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1929/2024 - Fixa os valores das Taxas para o exercício de 2025.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS 2024 CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU/AGU - Este Guia Nacional tem por objetivo fornecer orientações e segurança jurídica aos gestores públicos na implementação das contratações públicas sustentáveis.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em busca da regularização da documentação de vistoria da edificação que abriga a Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná – CRF-PR (Inscrição Imobiliária 17.0.0043.0358.01-2 - Indicação Fiscal 34.071.036), o presente Estudo servirá para embasar eventual contratação de empresa de engenharia para ampliação do estacionamento do imóvel. Ocorre que, após inúmeras intervenções e protocolos junto à Prefeitura de Curitiba, o CRF-PR obteve Alvará de Construção Provisório (nº 391000, 00-048397/2024 - emitido em 19/12/2024), com anotações de condicionantes para emissão de Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (CVCO) e posterior Alvará Definitivo. Uma das adequações necessárias para solucionar esta demanda é a ampliação das vagas de estacionamento atualmente existentes para o número de 11 (onze), conforme projeto pré-aprovado junto ao município e anexo a este ETP. Para realizar essa ampliação, é necessário retirar a vegetação atualmente disposta na área a ser usada como estacionamento e demolir áreas pavimentadas com calçada para que sejam permeáveis e atendam à legislação quanto a taxa de permeabilidade necessária do imóvel.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A contratada deverá fornecer mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários para a completa execução do projeto, em conformidade com as normas técnicas vigentes e a legislação municipal aplicável. A empresa deverá apresentar uma proposta que inclua um cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando todas as etapas do serviço e o respectivo desembolso financeiro previsto, para acompanhamento e controle.

Na análise deste objeto, enquadra-se a demanda como **Serviço Comum de Engenharia**, de natureza não continuada, interpretação literal do *Art. 6º da Lei 14.133/2021, inciso XXI*, no que diz respeito à abrangência de serviços de demolição (do piso instalado para nova área permeável), terraplanagem – se necessário (preparação do terreno para pavimentação e ampliação das vagas de estacionamento), revestimento/pavimentação, sinalização (demarcação de vagas) e manutenção de bens imóveis, no que couber. A retirada de árvores (supressão vegetal) é uma etapa fundamental e prévia para a terraplanagem e pavimentação, que são expressamente citadas na definição. Além disso, a supressão vegetal para fins de obra de engenharia exige a participação de profissional legalmente habilitado, reforçando a sua natureza de serviço técnico especializado. Portanto, a remoção de árvores para abrir espaço para adequações se enquadra na categoria de serviço de engenharia, bem como a pavimentação para ampliar as vagas de estacionamento e realocação de área permeável, sujeitando a contratação aos ritos e exigências previstos na *Lei nº 14.133/2021* para este tipo de objeto.

Dito isso, a modalidade licitatória para contratação deste objeto deverá ser o **Pregão Eletrônico**, com critério de Menor Preço ou de Maior Desconto no Orçamento Estimado, que será definido no Edital da Contratação pelo agente responsável, a partir de levantamento de mercado prévio. Por se tratar de serviço comum de engenharia com projeto já aprovado na Prefeitura (condicionante à emissão do Alvará provisório), a contratação será **semi-integrada, por preço unitário**. A empreitada por preço unitário é mais adequada considerando a falta de um projeto executivo detalhado até o momento, possibilidade de variação nos quantitativos mensurados inicialmente, maior flexibilidade para ajustes no escopo do projeto e maior controle de custos da execução, baseado na tabela de preços unitários, o que facilitará a fiscalização do

contrato. O cronograma de execução e pagamento será desenvolvido por empresa tecnicamente capacitada e deverá ser publicado como anexo do Edital.

Como requisitos básicos para o perfeito atendimento das necessidades da entidade, elenca-se:

- Atendimento integral das políticas ambientais, no que diz respeito ao gerenciamento de resíduos sólidos de construção civil, licenciamentos, manutenção do solo, reciclagem de materiais e realocação da vegetação retirada. Quanto à responsabilidade da solicitação de autorização de poda das árvores atualmente plantadas na área a ser usada como estacionamento, o **CRF já solicitou licenciamento prévio para supressão de 04 árvores no dia 26/05/2025** no Sistema Integrado de Monitoramento Agrícola – SIMA, sob código de solicitação nº *ARP – 25001198*, protocolo este ainda em análise pela entidade competente. Porém, após reunião com o Engenheiro responsável pelo projeto inicial, foi nos informado que o adequado seria suprimir a integralidade da vegetação do terreno (16 árvores de grande porte), o que gera a necessidade de abertura de um novo protocolo de autorização de supressão da vegetação. Essa autorização deverá ser solicitada pela empresa contratada, após apreciação do projeto inicial e validação da real necessidade de supressão da vegetação completa, priorizando sua preservação.

- Atendimento integral das normativas técnicas emitidas pelas entidades de fiscalização profissional, com declaração de responsável técnico em sessão pública com respectivo nº de inscrição no Conselho da Classe Profissional (CREA ou CAU), anotação de responsabilidade técnica – ART e vínculo comprovado com a empresa participante da licitação. Os documentos necessários para comprovação da capacidade técnica da empresa e do profissional serão requisitos de habilitação e constarão no Edital da Licitação.

- Composição do preço proposto englobando materiais, equipamentos, pessoal e mão de obra qualificada, documentação e o que mais for necessário para o início e execução integral do objeto, alinhado aos projetos da adequação, às normas federais, estaduais e municipais e à demanda e disponibilidade do Conselho.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a ampliação do estacionamento, foram identificadas e analisadas as seguintes soluções:

Solução 1: Ampliação em nível com pavimentação asfáltica.

Consiste na terraplenagem da área, seguida pela implantação de base e sub-base de material granular, e, por fim, a pavimentação com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente). Essa solução inclui ainda a construção do sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical, e iluminação.

Vantagens: Custo inicial mais baixo, execução relativamente rápida e manutenção intermediária. É a solução mais utilizada em obras desse tipo.

Desvantagens: Ocupa maior área de terreno e pode requerer maior atenção a questões ambientais e de drenagem, além de manter temperatura mais elevada por não dissipar calor.

Solução 2: Ampliação em nível com piso intertravado.

Similar à pavimentação asfáltica, mas utiliza blocos de concreto (pavers) para a superfície do estacionamento. Exige uma sub-base e base bem compactadas para garantir a estabilidade do piso.

Vantagens: Maior permeabilidade do solo (diminui a necessidade de grandes sistemas de drenagem), fácil manutenção (substituição pontual de peças) e estética agradável.

Desvantagens: Custo de implantação superior ao asfalto e menor durabilidade se o tráfego for muito intenso.

Solução 3: Estacionamento vertical pré-moldado.

Implantação de uma estrutura de múltiplos andares, pré-fabricada em concreto ou aço, sobre a área disponível.

Vantagens: Maximiza a capacidade de vagas em uma área reduzida, o que é ideal em terrenos com restrições de espaço. A execução é mais rápida que a de uma estrutura moldada in loco.

Desvantagens: Custo de implantação significativamente mais elevado, maior complexidade de projeto e

construção, e pode não ser necessário para a demanda atual. **Por conter custo elevado, foco na ampliação potencial de número de vagas e ausência de projeto e de disponibilidade financeira, essa solução foi descartada na fase de análise e escolha de solução.*

Após a análise, a **Solução 2 (Ampliação em nível com piso intertravado)** foi considerada a mais adequada para a demanda deste Estudo. Ela oferece o melhor custo-benefício, atende aos requisitos técnicos e de segurança para a obtenção do CVCO e se mostra economicamente viável para a demanda atual. Os elementos avaliados foram:

- 1) O piso intertravado é uma solução para a gestão de águas pluviais pois suas juntas permitem que a água da chuva se infiltre no solo, o que reduz o escoamento superficial e ajuda a evitar alagamentos.
- 2) A manutenção do piso intertravado é muito mais fácil e econômica. Se um bloco quebrar ou for preciso acessar a tubulação subterrânea (como canos de água ou fiação), basta remover as peças danificadas, fazer o reparo e recolocá-las. No asfalto, qualquer reparo resulta em "remendos" visíveis e exige a remoção de uma área maior, com desperdício de material.
- 3) Maior durabilidade e vida útil: Embora o custo inicial do piso intertravado possa ser mais alto que o do asfalto, sua vida útil é consideravelmente maior. Enquanto o asfalto pode precisar de grandes reparos ou recapeamentos após alguns anos, o piso intertravado, se bem instalado, pode durar décadas com pouca manutenção. Isso o torna uma solução mais econômica a longo prazo.
- 4) Estética e conforto térmico: O piso intertravado oferece uma variedade de cores, formatos e texturas que podem ser usados para criar designs mais atraentes e bem definidos. Além de ser visualmente agradável, a cor clara dos blocos de concreto reflete mais luz solar do que o asfalto escuro, o que ajuda a reduzir o efeito de "ilha de calor", tornando o ambiente do estacionamento mais fresco e agradável, tanto para as pessoas quanto para os veículos.

Observa-se que, caso haja informação superveniente de revestimento mais adequado na elaboração de projeto executivo, o responsável técnico deverá sinalizar as alternativas para decisão da autoridade competente.

IV – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para a execução completa da Ampliação e Adequação do Estacionamento do CRF-PR, conforme especificações técnicas, projetos básicos e executivos e demais anexos do processo. A empresa contratada será responsável pela integralidade dos serviços e fornecimentos necessários para a ampliação do estacionamento, incluindo, mas não se limitando a:

Vistoria inicial do imóvel: imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. O edital de licitação deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º, 14.133/2021).

Serviços Preliminares e Demolição: Sondagens, topografia, instalação do canteiro de obras, demolições e remoções de interferências existentes na área de ampliação.

Movimentação de Terra e Drenagem: Execução de terraplenagem, contenções (se necessárias), pavimentação, e instalação de um sistema de drenagem pluvial eficiente e dimensionado para a nova área, com a devida interligação à rede existente.

Estruturas e Pavimentação: Execução da sub-base, base e revestimento (conforme projeto), dimensionados para o tráfego de veículos leves e utilitários da Autarquia.

Sinalização e Identificação: Execução de toda a sinalização horizontal (demarcação de vagas, faixas de circulação, setas, vagas preferenciais) e vertical (placas indicativas) em conformidade com as normas de trânsito e o projeto.

Iluminação e Segurança: Fornecimento e instalação de novo sistema de iluminação externa eficiente e, se aplicável, infraestrutura para câmeras de monitoramento (CFTV) e controle de acesso.

Adequações Complementares: Construção ou adequação de calçadas de acesso, rampas, paisagismo (conforme projeto) e quaisquer ajustes necessários no entorno da obra para garantir a funcionalidade e acessibilidade.

Regularização e Legalização (a solução só será considerada finalizada após a obtenção do CVCO): A empresa contratada deverá solicitar as licenças ambientais (se aplicável) e quaisquer outras autorizações necessárias junto à Prefeitura Municipal e demais órgãos reguladores antes do início da execução da obra. Além disso, a contratada terá como obrigação a emissão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO), também conhecido como "Habite-se" ou documento equivalente, emitido pela autoridade municipal. Este documento atesta que a obra foi executada conforme o projeto aprovado e está em condições de habitabilidade/uso. A empresa deverá incluir em seu escopo todas as adequações e instalações necessárias de segurança contra incêndio e pânico, observadas as especificidades das exigências de mobilidade dentro do imóvel pelo Corpo de Bombeiros.

A entrega da Solução como um todo será consolidada pela:

Entrega Física da Obra: Recebimento provisório da obra, comprovando a execução de 100% dos serviços previstos e a funcionalidade de todos os sistemas instalados.

Entrega Documental da Legalização: Apresentação do CVCO Definitivo (ou equivalente), acompanhado de toda a documentação técnica (projetos "As Built", manuais de equipamentos, laudos de ensaios, etc.). O prazo de execução contratual inclui tanto o período para a execução física da obra quanto o tempo necessário para os trâmites burocráticos de obtenção das certidões e legalizações definitivas.

Por fim, caso haja fato superveniente elencado por profissional habilitado na escrita do Termo de Referência, deverá ser incluído no escopo do contrato da empresa executora.

V- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O quantitativo do objeto resume-se em uma empresa especializada para fazer as adequações abrangidas no escopo desta contratação. O quantitativo de material e mão de obra serão levantados posteriormente, por profissional habilitado, na orçamentação.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação, em atendimento ao *inciso VI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021*, será elaborada com base em levantamento técnico detalhado de profissional habilitado e de pesquisas de mercado para composições não constantes na tabela SINAPI, visando à obtenção do valor de referência para a licitação. É importante ressaltar a inaplicabilidade da *Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021*, que trata da utilização da Pesquisa de Preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. A natureza do objeto desta contratação (serviço de engenharia) inviabiliza a aplicação integral da referida norma, uma vez que é voltada para a contratação de "serviços em geral" e não abrange serviços de engenharia e arquitetura, que são regulados por legislação específica. Pela razão de se tratar de um serviço de engenharia que exige o acompanhamento de um profissional habilitado e a emissão de ART/RRT e, considerando que ainda será contratado profissional para estimar o valor desta execução, destacam-se os seguintes pontos:

1) A composição de preço da licitação deverá considerar a vistoria técnica inicial com apontamentos do engenheiro ou técnico responsável, a análise integral do projeto aprovado junto à prefeitura (e possíveis alterações) e o prazo para finalização da execução. Essa composição deverá ser detalhada em planilha de composição de custos (orçamento), **contendo, no mínimo, memorial descritivo técnico inicial informando as referências das composições (tabelas ou composições próprias, todas estas com justificativa, primando pelo uso integral da TABELA SINAPI do mês do orçamento) e memórias de cálculo, os custos diretos de execução dos serviços, materiais e equipamentos, eventual custo de subcontratação e despesas indiretas (administração central, seguros e garantias, despesas financeiras, tributos e lucro)**. Como a execução está prevista para o exercício financeiro de 2026, é imprescindível que este orçamento já contemple as normativas tributárias advindas da reforma tributária (*Emenda Constitucional nº 132/2023*), sendo que a estrutura de tributos na planilha de orçamento deverá ser adaptada para refletir a nova legislação. Sobre o IRPJ e CSLL: Continuarão a ser considerados no

cálculo do lucro líquido da empresa, uma vez que incidem diretamente sobre o resultado financeiro, portanto, não devem ser alocados como um item separado de custo na planilha. O IBS e CBS: Por serem tributos sobre o consumo, deverão ser alocados na composição de preços de forma semelhante ao que ocorre hoje com o PIS, a COFINS e o ISS. A forma mais adequada e transparente é incluí-los como parte da estrutura de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) da empresa.

2) Além disso, a composição do BDI deverá levar em conta o *ACÓRDÃO 2622/2013 – PLENÁRIO do Tribunal de Contas da União (TCU)*. Para este objeto, a referência a ser usada é a tabela de BDI para edificações, presente no próprio Acórdão. Recomenda-se usar os percentuais médios dos itens que compõem o BDI, apontado pelo Tribunal de Contas. Na presente licitação, também deverá ser adotado o BDI reduzido (percentuais médios) sobre os custos dos materiais e equipamentos relevantes. Quando da orçamentação, o responsável técnico deverá apresentar as composições do BDI oneradas e desoneradas para escolha da Administração quando da composição de preço estimado da licitação para elaboração do Edital. Cumpre alertar que, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado em relação à média indicada no acórdão, mais robusta deverá ser a justificativa para a adoção do índice escolhido. Nesse sentido, na justificativa, cumpre ao profissional declarar expressamente a metodologia adotada e certificar a observâncias dos parâmetros.

3) A respeito do seguro-garantia, como não houve contratação anterior neste formato na autarquia, o Termo de Referência da contratação tratará de sua obrigatoriedade e índice percentual (se aplicável), após análise e decisão da autoridade competente junto com a equipe de planejamento e o engenheiro responsável. Para fins de orientação na tomada de decisão, destaca-se:

a) A Nova Lei de Licitações reforça a importância da garantia. Em seu art. 96, ela estabelece que a exigência de prestação de garantia é um dos instrumentos de gestão de riscos e pode ser de até 5% do valor inicial do contrato.

b) A exigência de seguro-garantia ou caução para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais é uma prática consolidada, serve para assegurar o cumprimento do contrato, cobrir multas e prejuízos e mitigar riscos de inexecução parcial do contrato ou até de sua rescisão.

c) A falta de um seguro-garantia deixa a entidade vulnerável a uma série de problemas, comprometendo a execução do contrato e a gestão do patrimônio público. Dentre elas, pode-se destacar a dificuldade de Execução em caso de inadimplência (ações judiciais por atraso, paralisação ou serviço danoso), riscos financeiros e comprometimento da segurança e da funcionalidade do imóvel.

d) No intuito de evitar o abandono de obras e serviços de engenharia, a *Lei n. 14.133, de 2021* admite que o licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, em que a empresa seguradora não apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (*art. 102*). Quando exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o instrumento de contrato, inclusive os termos aditivos, como interveniente anuente, e lhe será garantido o acompanhamento da execução do contrato, podendo, inclusive, ter acesso às instalações em que for executado o contrato e aos documentos da fiscalização técnica e contábil (*art. 102, I, da Lei n. 14.133, de 2021*)

e) Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no *art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021*.

4) Após a execução da contratação correlata, pode-se pontuar necessidades de manutenção ou adequações até então desconhecidas, devendo-se incluir no Termo de Referência desta contratação. O alinhamento das informações deverá ser realizado pela equipe de planejamento, o gestor e fiscal de contrato e o responsável técnico.

5) Quando do recebimento do orçamento, o departamento responsável deverá analisar se há composições próprias do orçamentista na planilha e, caso haja, deverá ser feita pesquisa de mercado para validar os preços ali descritos. Também deverá ser feita validação, por amostragem, de itens da composição dos serviços e materiais junto à tabela SINAPI referenciada pelo responsável técnico.

6) Se houver apontamento da necessidade de inclusão, pelo profissional habilitado, de canteiro de obras, remoção de raízes, estudo de solo e outros serviços julgados imprescindíveis para a correta execução deste objeto, o profissional deverá incluí-los na planilha de orçamento e justificar sua

inclusão no memorial. Ambas as inclusões deverão estar de acordo com as composições da tabela Sinapi, com a devida referência na planilha.

7) A taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac. 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac. 3013/2010-Plenário, voto do relator);

VII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista econômico, técnico e financeiro. Cogitou-se a possibilidade de contratação de empresa especializada na poda de árvores de grande porte como uma primeira etapa da execução do objeto, para contratação de uma segunda empresa que seria responsável pelo restante das adequações, porém, considera-se eficiente uma única contratação com admissibilidade de subcontratação da parte da remoção de vegetação. Isso porque o gerenciamento dos serviços permanecerá sobre a gestão de um único contratado, gerando maior nível de controle da execução e celeridade na gestão e fiscalização contratual. Além disso, esta autarquia não dispõe de tempo e pessoal para instrução de processos apartados, considerando o prazo de encerramento das obras concedido pela Prefeitura de Curitiba (19/12/2025). Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. Desta forma, a empresa contratada será responsável por todas as etapas da ampliação do estacionamento, bem como o fornecimento do material e ferramentas necessárias para execução, descarte de resíduos, demolição da área pavimentada, realocação da vegetação, pavimentação, demarcação de vagas e sinalização.

VIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como sugerido no item acima, a empresa vencedora poderá subcontratar empresa de remoção e destinação de vegetação, pois considera-se que este serviço é de natureza diferente ao de preparo e pavimentação do solo. Deve-se ainda avaliar as condições de transplante da vegetação para outras áreas do Conselho, garantindo a observância da taxa de permeabilidade do imóvel e evitando o dispêndio financeiro complementar para o CRF-PR na compra de nova vegetação ou paisagismo posterior às adequações.

Em análise ao *ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO 391000*, nota-se que há necessidade de desenvolvimento de outros projetos, sendo necessário iniciar contratação de empresa de engenharia:

OBSERVAÇÕES:

DEVERÁ PREVER PASSAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DOS LOTES A MONTANTE.

A APROVAÇÃO DO PROJETO SIMPLIFICADO NÃO ISENTA OS PROFISSIONAIS DA ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

COMPLETO, DOS PROJETOS COMPLEMENTARES E DA NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE ELES.

Desta forma, será necessário iniciar contratação correlata de engenheiro ou outro profissional habilitado para elaboração de projeto executivo contemplando instalações elétricas (iluminação do estacionamento) e hidráulicas (passagem de água da chuva). Além disso, por não haver funcionário capacitado na autarquia, será necessário que a empresa contratada faça a orçamentação das adequações (de acordo com os preços da tabela SINAPI), elabore o cronograma físico-financeiro do serviço, e também que acompanhe a execução dos serviços de engenharia, sendo eleito como fiscal do contrato com a empresa vencedora da licitação de execução do projeto. A forma de contratação da empresa responsável pelo projeto, orçamento e fiscalização deverá ser decidida posteriormente, no processo administrativo relacionado.

Conforme explica o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente. Cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das

quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos básico/executivo e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

IX – DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A primeira via deste alvará foi emitida no ano de 2023, época em que a autarquia não havia aderido à realização do PCA. A aderência e desenvolvimento do primeiro Plano foi em 2024, com execução para o exercício financeiro de 2025. O objeto deste estudo não está contemplado no Plano de Contratações Anuais (PCA - 2025) da autarquia porque a prorrogação o Alvará de Construção foi emitido posteriormente ao fechamento do PCA no ano de 2024, que encerrou no mês de novembro (foi prorrogado em dezembro/2024).

Deste modo, a contratação correlata de profissional habilitado deverá ser incluída como contratação não planejada, sob justificativa de necessidade de andamento do processo de adequações internas para emissão do CVCO. Para o exercício financeiro de 2026, sugere-se à inclusão da execução do projeto, com base em orçamentos posteriormente levantados na pesquisa de mercado.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O objetivo principal desta contratação é a obtenção do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO) e do Alvará Definitivo. Essa ampliação é um passo crucial para a regularização total do imóvel e a melhoria da infraestrutura. A conclusão da obra, conforme o projeto aprovado, permitirá a aprovação da vistoria final pelo órgão competente, resultando na emissão do CVCO. Este certificado atesta que a construção foi realizada de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes. Com o CVCO em mãos, será possível solicitar o Alvará de Funcionamento Definitivo. Esse documento é essencial para a operação regular e contínua do estabelecimento, evitando multas e interdições. Além disso, a ampliação do estacionamento possibilitará que mais funcionários e usuários estacionem seus carros dentro das dependências do Conselho, uma vez que o estacionamento ao lado do imóvel da Sede do Conselho é pequeno e não comporta todos os carros do pessoal, trazendo mais segurança e comodidade para um número maior de pessoas.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para este objeto, vislumbra-se a necessidade do licenciamento ambiental para retirada da vegetação e emissão de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais envolvidos (engenheiros e arquitetos), que devem ser emitidas e anexadas ao processo. Ademais, a autarquia deverá eleger fiscal e gestor do contrato, que se responsabilizarão pela efetiva conferência das etapas do serviço, podendo haver necessidade de capacitação do pessoal ou contratação de técnico habilitado para eficiência da gestão contratual. Por fim, caso não haja disponibilidade financeira ou reserva de recursos suficientes após a estimativa de preços de execução, a entidade deverá propor reformulação orçamentária para arcar com os custos da ampliação do estacionamento, considerando que o prazo final de conclusão da adequação é em 2025.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A ampliação do estacionamento, embora de pequena escala, pode gerar impactos ambientais. Neste estudo, explana-se brevemente sobre possíveis consequências das adequações pretendidas e respectivas alternativas para conter os danos causados:

1) Remoção de Vegetação e Alteração da Paisagem Local

A remoção de vegetação para a preparação da área é um impacto direto e inevitável. Haverá perda da

cobertura vegetal, que pode resultar na diminuição da biodiversidade local, na alteração da paisagem e na perda de habitats para a fauna silvestre. Além disso, a remoção de árvores pode contribuir para a intensificação do "efeito ilha de calor" na área. Para amenizar os danos, as espécies vegetais a serem removidas devem ser identificadas por um técnico habilitado. Aquelas que puderem ser transplantadas para outra área do terreno deverão ser cuidadosamente realocadas. Em casos de remoção de árvores nativas ou de grande porte, será necessário obter uma licença ambiental e realizar a compensação. Essa compensação pode ser feita por meio do plantio de mudas em outro local do terreno ou de doação ao município, conforme as exigências da legislação local. Após a conclusão da obra, áreas ajardinadas ou espaços verdes devem ser criados no entorno do estacionamento para compensar a perda da vegetação, utilizando espécies nativas e adaptadas ao clima local. Essa previsão já está no projeto aprovado e é objeto desta contratação em conjunto com a retirada da vegetação e a ampliação do estacionamento. Caso haja possibilidade técnica de preservação de árvores na avaliação do profissional, com ajustes ao projeto inicial, deverá ser priorizada para redução de danos ambientais e preservação da vegetação.

2) Movimentação de Terra e Geração de Poeira

A fase de terraplenagem e a movimentação de máquinas podem causar impactos na qualidade do ar e do solo. Poderá haver emissão de poeira (material particulado) que pode afetar a qualidade do ar e causar incômodo à vizinhança. A movimentação de terra também pode gerar erosão e a contaminação do solo com óleos e combustíveis. Como medidas mitigadoras, propõem-se manter fechadas portas e janelas com circulação de ar interna por meio de equipamentos de ar condicionado, instalar barreiras de contenção nas áreas de terraplenagem para evitar que sedimentos sejam levados pela água da chuva e descartar materiais escavados em local apropriado, autorizado pelo órgão ambiental. No decorrer da elaboração do projeto executivo, a empresa responsável deverá analisar outras alternativas, e caso seja dispensável a terraplanagem, deverá sinalizar a equipe interna para o correto dimensionamento de quantitativos no termo de referência.

3) Geração de Resíduos da Construção Civil e Demolição de Calçadas

A execução deste objeto gerará resíduos e detritos (revestimento cerâmico quebrado, concreto, restos de materiais inutilizados, embalagens, etc). Para mitigar possíveis problemas com o descarte inadequado, a empresa vencedora deverá apresentar Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC), especificando a destinação específica dos entulhos da demolição da calçada e possíveis reciclagens de materiais descartáveis. Ressalta-se que a demolição das calçadas poderá gerar danos à propriedade do Conselho, fragmentos isolados poderão colidir com os vidros de portas e janelas do imóvel, sendo indispensável que haja isolamento físico de todas as esquadrias que possam ser afetadas.

4) Impacto Acústico e Geração de Ruído

A operação de máquinas e equipamentos, incluindo o uso de rompedores para a demolição da calçada, pode gerar ruído excessivo, especialmente em áreas residenciais. Neste sentido, as atividades que geram ruído devem ser restritas ao horário comercial, evitando o período noturno e finais de semana e, se necessário, barreiras acústicas temporárias podem ser instaladas para minimizar a propagação do som em direção às áreas sensíveis.

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada em engenharia civil para a Ampliação do Estacionamento, incluindo a obtenção do CVCO Definitivo é considerada plenamente adequada e imprescindível para atender às necessidades desta autarquia. Isso porque o atual espaço de estacionamento é insuficiente para acomodar a frota de veículos oficiais, de funcionários e de usuários, gerando transtornos operacionais e riscos de segurança. A ampliação visa restabelecer a capacidade logística e a ordem no ambiente institucional, atendendo à legislação municipal. A presente contratação é a via mais eficiente, segura e legalmente responsável para concretizar a ampliação necessária da infraestrutura, garantindo que o novo estacionamento seja entregue em plenas condições de uso e devidamente certificado pelas autoridades competentes. Portanto, o objeto e o modelo de contratação propostos estão totalmente adequados aos princípios da *Lei nº 14.133/2021* e ao interesse público.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco 01 – NÃO HAVER DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
A falta de verba inviabiliza a contratação, acarretando prejuízo direto à execução e posterior emissão do CVCO.	
Ação Preventiva	Responsável
Planejamento da instituição quanto à necessidade e inclusão no orçamento anual.	Equipe de Planejamento e Departamento de Planejamento
Ação de Contingência	Responsável
Verificar possibilidade de transposição ou reformulação orçamentária	Departamento Financeiro

Risco 02 – QUANTIDADE CONTRATADA INSUFICIENTE	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Quantitativo estimado abaixo do necessário.	
Ação Preventiva	Responsável
Análise da Planilha Orçamentária e questionamentos sobre sua elaboração	Departamento de Compras
Ação de Contingência	Responsável
Prever índices de contingência no contrato e possíveis aditivos	Gestor do Contrato

Risco 03 – ATRASO NA ENTREGA DO OBJETO	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Atraso na conclusão das adequações e descumprimento de prazo do alvará	
Ação Preventiva	Responsável

Tramitar o procedimento de forma mais ágil possível possibilitando a expedição de ordem de execução no menor tempo possível; Fazer cumprir o cronograma de execução	Equipe interna e Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Solicitação de prorrogação de Alvará de Construção junto à Prefeitura	Fiscal do Contrato

Risco 04 – FALHAS NO PROJETO EXECUTIVO	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Atraso na conclusão das adequações e descumprimento de prazo do alvará, erros de dimensionamento e possível revogação da Licitação	
Ação Preventiva	Responsável
Contratar profissional qualificado para elaboração do projeto, com responsabilidade técnica	Demandante e equipe de planejamento
Ação de Contingência	Responsável
Aditivo ou Rescisão contratual, novo projeto executivo e orçamento	Gestor do contrato

Risco 05 – ERRO NAS COMPOSIÇÕES DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Valor estimado da licitação incompatível com o mercado	
Ação Preventiva	Responsável
Contratar profissional qualificado para orçamentação, com responsabilidade técnica	Gestor de contrato e contratado

Risco 06 – INEXECUÇÃO CONTRATUAL	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Descumprimento das obrigações junto à prefeitura	

Ação Preventiva	Responsável
Contratação de empresa idônea e qualificada, análise da documentação de habilitação e de qualificação técnica	Equipe de Planejamento e Pregoeiro
Ação de Contingência	Responsável
Anulação do certame e prorrogação de prazo do alvará	Gestor do Contrato

Risco 07 – FALHAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Inadequação estrutural, dano ao patrimônio e desrespeito às normativas	
Ação Preventiva	Responsável
Contratação de empresa idônea e qualificada e fiscalização contratual	Pregoeiro e Fiscal de contrato capacitado
Ação de Contingência	Responsável
Prorrogação de prazo do alvará e penalização da contratada	Gestor do Contrato

Risco 08 – CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DESFAVORÁVEIS	
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Atraso da entrega do objeto	
Ação Preventiva	Responsável
Planejamento e cronograma de serviços adequado às condições climáticas conhecidas da cidade	Contratada
Ação de Contingência	Responsável
Prorrogação de prazo do alvará e novo cronograma	Contratada

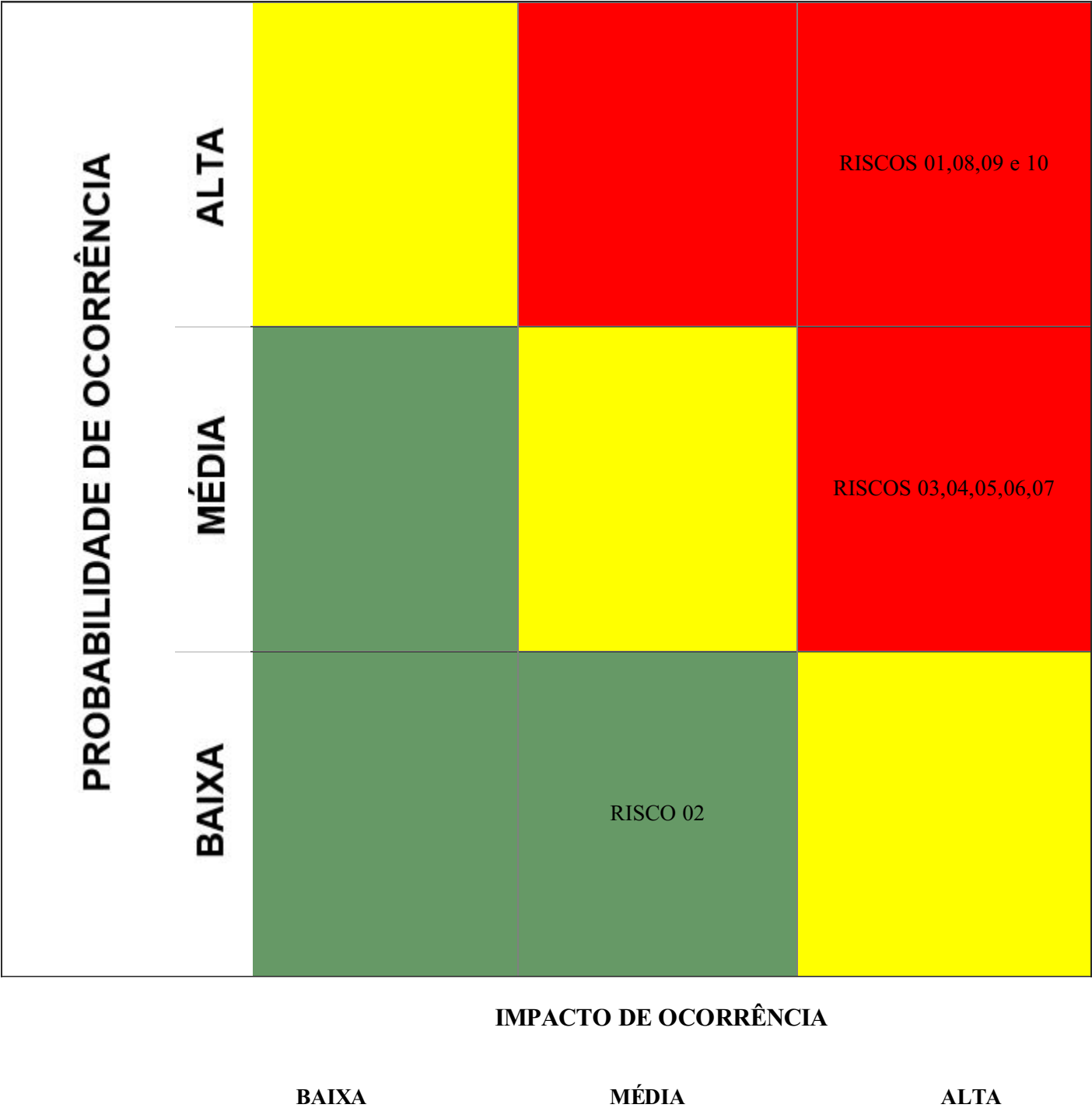
Risco 09 – ACIDENTE DE TRABALHO NA EXECUÇÃO	
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	

Prejuízos de pessoal e financeiro da empresa contratada	
Ação Preventiva	Responsável
Qualificação técnica da empresa prestadora de serviço e uso de equipamentos de proteção	Contratada
Ação de Contingência	Responsável
Acionamento de unidade de saúde e reposição de profissional	Gestor do contrato e Contratada

Risco 10 – DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PRIVADO	
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Prejuízos patrimoniais para o CRF-PR e seus funcionários	
Ação Preventiva	Responsável
Isolamento de áreas de execução, inativação de áreas de passagem e de estacionamento e sinalização	Contratada
Ação de Contingência	Responsável
Reparo de danos e indenização	Contratada

MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco é representado pelas cores, conforme figura a seguir:



MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Edivar Gomes - Gerente Geral

Ana Carolina Souza - Responsável pelo Setor de Licitações e Membro da Comissão de Contratação

Rodrigo Campilho - Gerente do Setor de Compras

Curitiba, 01 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Responsável pelo Setor de Licitações**, em 01/10/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edivar Gomes, Gerente Geral**, em 01/10/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



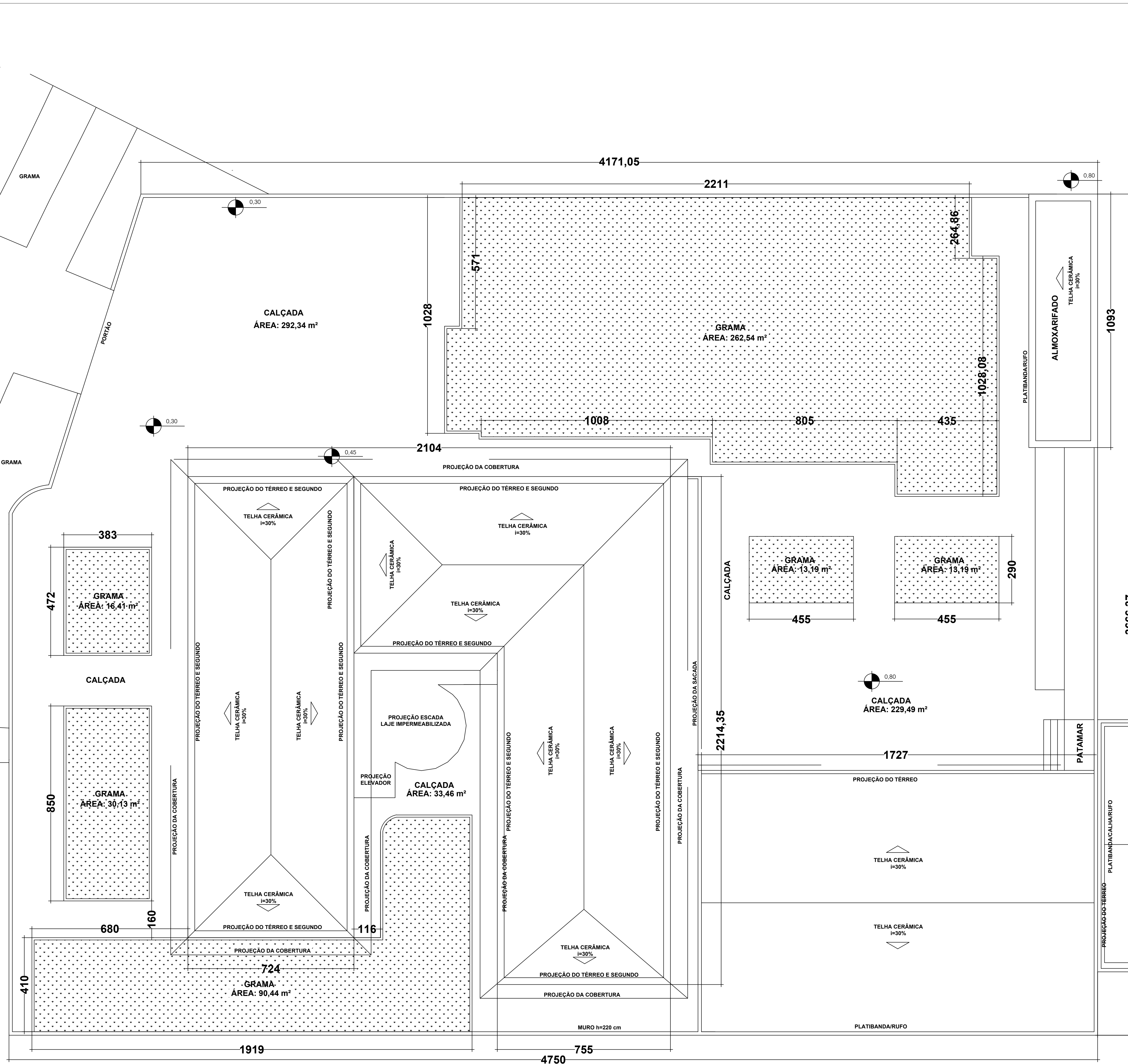
Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Adolfo Velame Fernandes Campilho, Assistente Administrativo Operacional**, em 06/10/2025, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **0798734** e o código CRC **CB4C070C**.

RUA PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO
PAVIMENTO ANTI-PÓ

RUA FLÁVIO DALLEGRAVE



IMPLANTAÇÃO/COBERTURA
ESCALA 1:100

QUADRO DE ÁREAS

	ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL (m²)
TÉRREO	788,01
SEGUNDO PAVIMENTO	439,47
TÉRREO (ALMOXARIFADO)	32,80
	1260,28

ESTATÍSTICAS

ÁRE DO LOTE = 1.755,25 m²
ÁREA ATINGIDA = 9,60 m²
ÁREA REMANESCENTE = 1.745,65 m²
ÁREA PERMEÁVEL = 425,90 m²
TAXA DE PERMEABILIDADE = 24,39%
TAXA DE OCUPAÇÃO = 47,83%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO = 0,72
ÁREA DE PROJEÇÃO DA EDIFICAÇÃO = 835,05 m²
VAGAS DE GARAGEM = 5 vagas



VANGUARDA ENGENHARIA

R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR
(41) 98787-9935

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

PROPRIETÁRIO

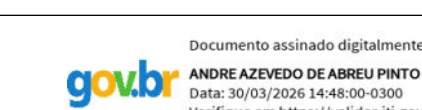
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

DATA

MARÇO/2026

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENG. CIVIL ANDRÉ AZEVEDO - CREA-PR: 190.050/D



Documento assinado digitalmente
ANDRÉ AZEVEDO DE ARAÚJO
Data: 2025.03.03 14:48:05
URL: https://www.tribunal.sp.gov.br

ESCALA

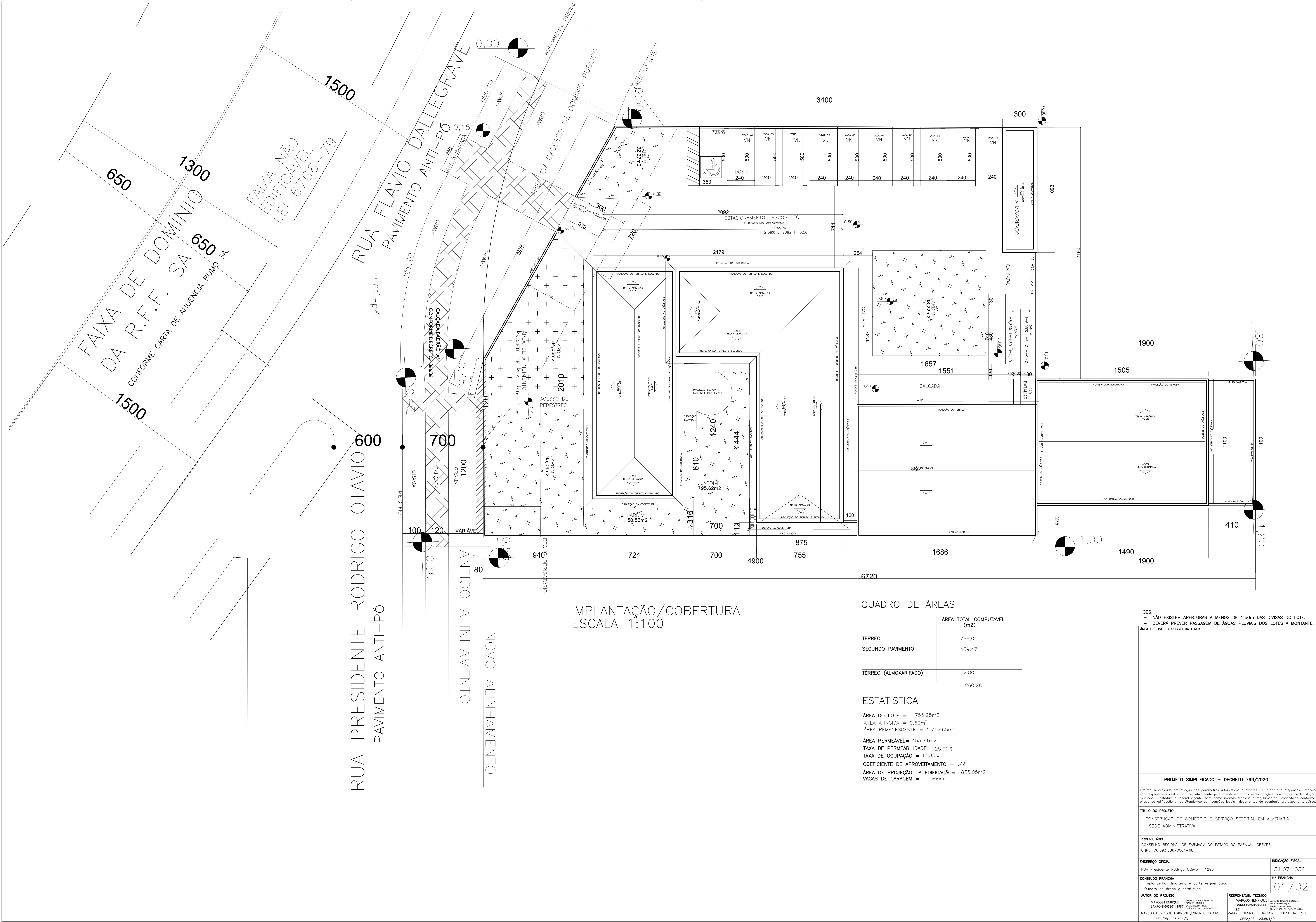
INDICADA

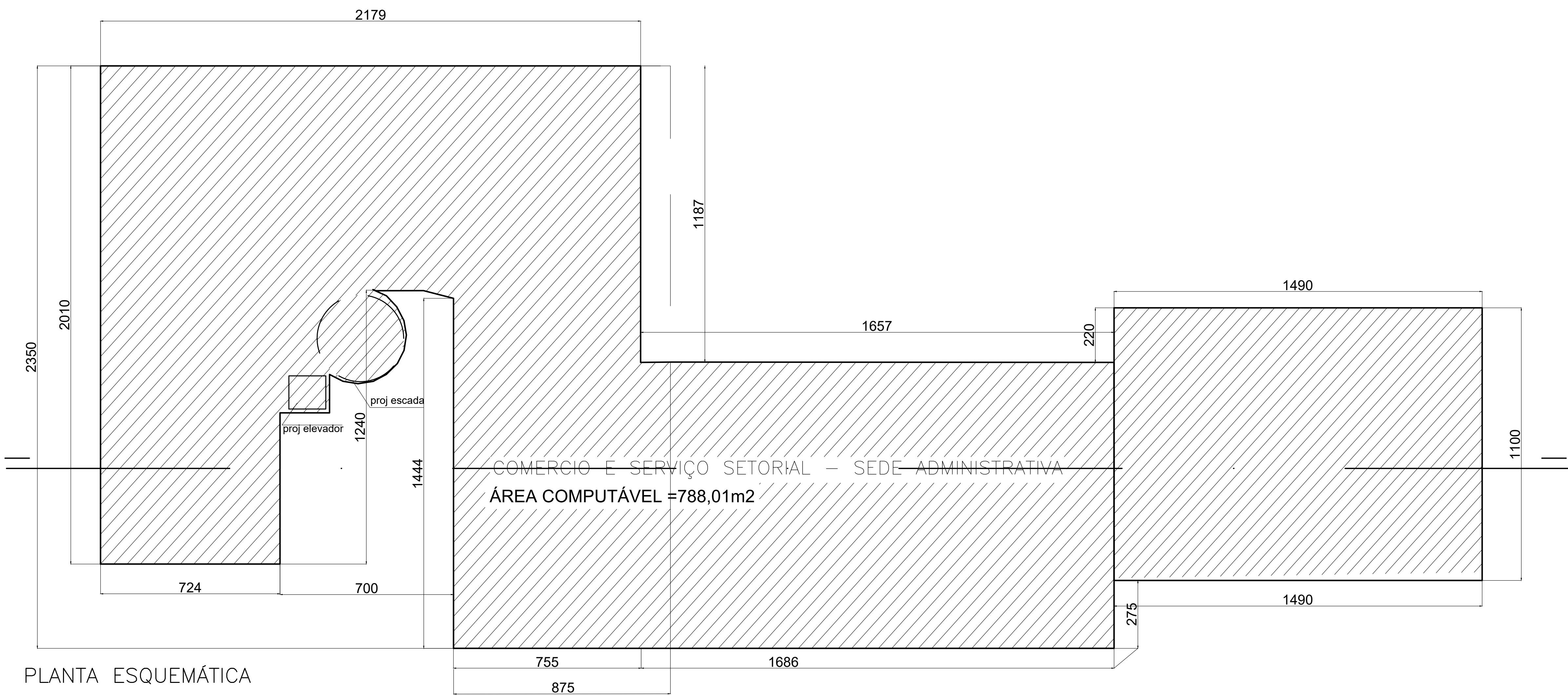
CONTEÚDO DA PRANCHA

PROJETO ARQUITETÔNICO - IMPLANTAÇÃO

FOLHA

01/01





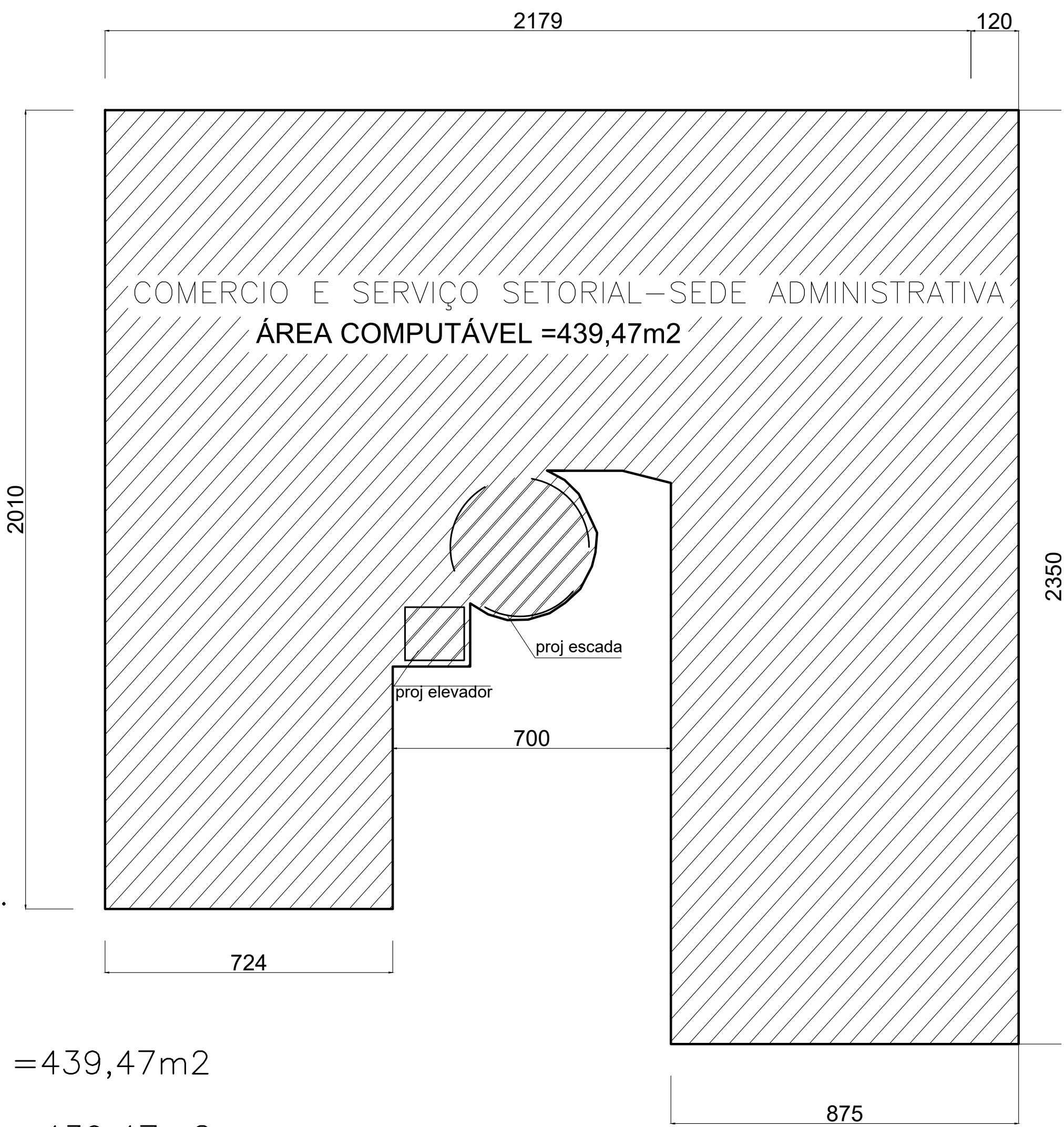
PLANTA ESQUEMÁTICA

PAVIMENTO TÉRREO

ESCALA 1:100

ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL =788,01m²

ÁREA TOTAL CONSTRUIDA =788,01m²



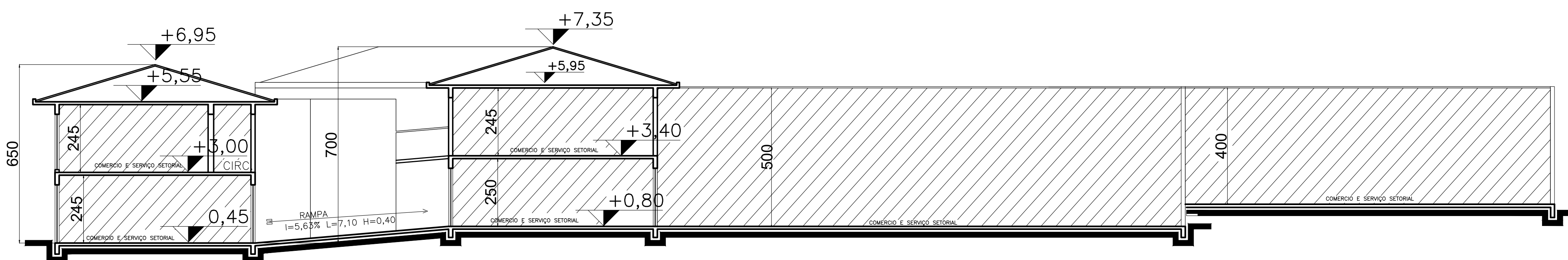
PLANTA ESQUEMÁTICA

PAVIMENTO SEGUNDO PAV.

ESCALA 1:100

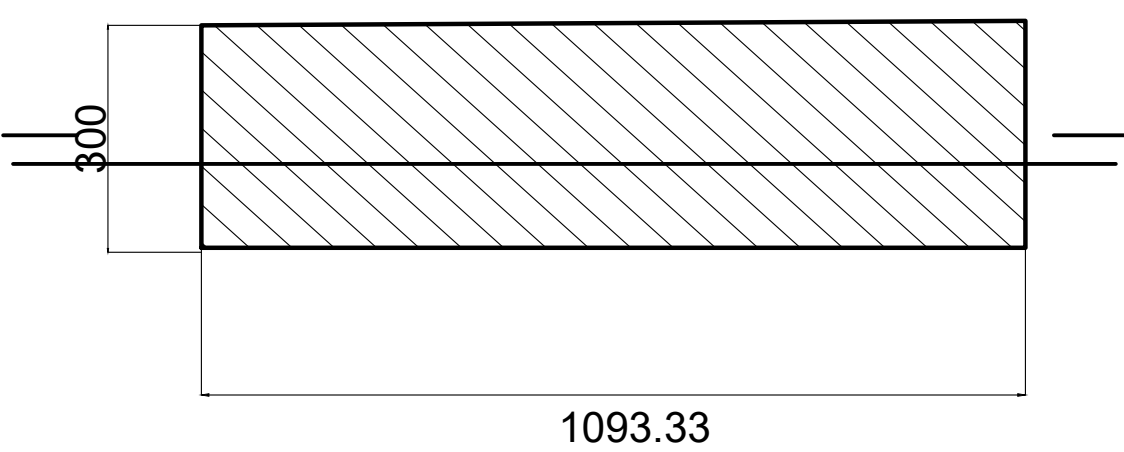
ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL =439,47m²

ÁREA TOTAL CONSTRUIDA =439,47m²



CORTE ESQUEMÁTICO

ESCALA 1:100



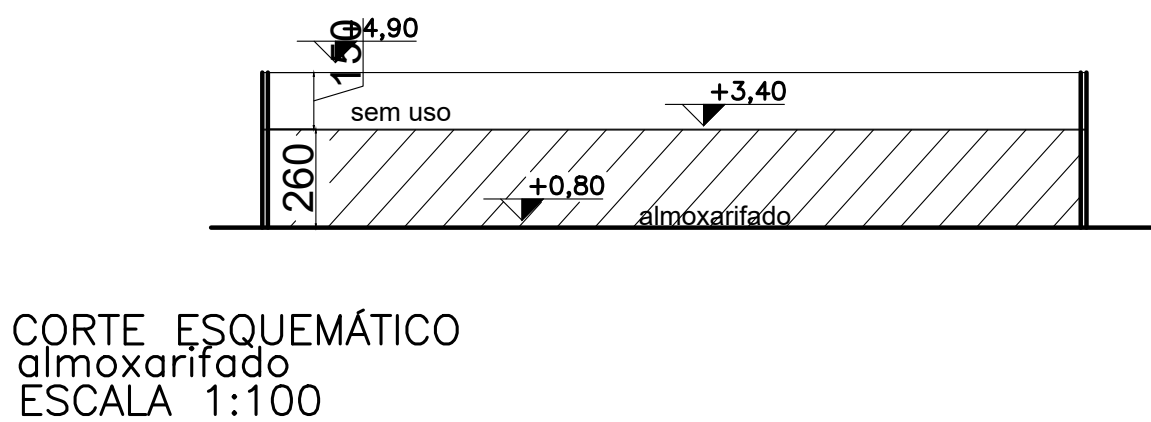
PLANTA ESQUEMATICA

ALMOXARIFADO

ESCALA 1:100

ÁREA TOTAL COMPUTÁVEL =32,80m²

ÁREA TOTAL CONSTRUIDA =32,80m²



CORTE ESQUEMÁTICO

almojarifado

ESCALA 1:100

OBS.
- NÃO EXISTEM ABERTURAS A MENOS DE 1,50m DAS DIVISAS DO LOTE.
- DEVERÁ PREVER PASSAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DOS LOTES A MONTANTE.
ÁREA DE USO EXCLUSIVO DA P.M.C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
ALVARÁ 391000
Emitido em 24 de Janeiro de 2023
Processo 00-015190/2021
Assinado digitalmente em 24/01/2023 18:56:02
Por LUCIANE SCHAFHAUSER DE PAULI3368652991
A autenticidade deste documento pode ser verificada em
servicodigital.curitiba.pr.gov.br
Através da Chave de acesso: SVRIRN7K

PROJETO SIMPLIFICADO – DECRETO 799/2020	
Projeto simplificado em relação aos parâmetros urbanísticos relevantes. O autor e o responsável técnico são responsáveis civil e administrativamente pelo atendimento das especificações constantes na legislação municipal, estadual e federal vigente, bem como normas técnicas e regulamentações específicas conforme o uso da edificação, sujeitando-se às sanções legais decorrentes de eventuais prejuízos a terceiros.	
TÍTULO DO PROJETO CONSTRUÇÃO DE COMERCIO E SERVIÇO SETORIAL EM ALVENARIA —SEDE ADMINISTRATIVA	
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ—CRF/PR. CNPJ: 76.693.886/0001—68	
ENDEREÇO OFICIAL RUA Presidente Rodrigo Otávio ,nº1296	INDICAÇÃO FISCAL 34,071,036
CONTEÚDO PRANCHA Diagrama e corte esquemático	Nº PRANCHA 02/02
AUTOR DO PROJETO MARCOS HENRIQUE BAKRONI6505861419 MARCOS HENRIQUE BAKRONI, ENGENHEIRO CIVIL, CREA/PR: 23.694/D	RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCOS HENRIQUE BAKRONI6505861419 MARCOS HENRIQUE BAKRONI, ENGENHEIRO CIVIL, CREA/PR: 23.694/D



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2026

PROCESSO SEI/CFF Nº CRFPR25.5.000005427-4

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR E A EMPRESA [●], PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELATIVOS À REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA SEDE DO CRF-PR.

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob nº 76.693.886/0001-68, com sede na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR, neste ato representado por seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa [●], inscrita no CNPJ sob nº [●], sediada em [●], neste ato representada por [●], doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo SEI/CFF nº CRFPR25.5.000005427-4 e em observância à Lei nº 14.133/2021, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2026, ao Termo de Referência nº 1147526/2026 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para execução da Reforma do Estacionamento do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná - CRF-PR, sem dedicação exclusiva de mão de obra, na Sede localizada na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR.

1.2. A execução compreende, entre outros serviços descritos nos documentos técnicos, demolições internas, preparo e descompactação do solo, pavimentação em bloco intertravado tipo paver, implantação e adequação de áreas permeáveis, plantio de grama esmeralda, sinalização e delimitação de vagas, instalação de mini-guia de concreto, retirada e inclusão de vegetação e demais intervenções necessárias à execução integral do projeto.

1.3. Os serviços deverão ser executados conforme condições, quantidades, especificações, projetos, planilhas, memorial descritivo, cronograma, orçamento e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - o Edital de Licitação nº 3/2026 e seus anexos;

II - o Termo de Referência nº 1189626/2026 e seus anexos;

III - o projeto executivo, o memorial descritivo, o cronograma, a planilha orçamentária e os demais documentos técnicos;

IV - a proposta da CONTRATADA;

V - a matriz de alocação de riscos; e

VI - eventuais anexos e documentos complementares constantes do processo administrativo.

1.5. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando o julgamento pelo maior desconto linear sobre a planilha orçamentária, sem prejuízo das medições, marcos de pagamento e critérios de recebimento previstos no Termo de Referência e neste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura do contrato e permanecerá vigente até o recebimento definitivo do objeto e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de execução observará o cronograma constante do Termo de Referência e seus anexos, em especial o prazo estimado de 5 (cinco) semanas para cumprimento do cronograma, contado na forma da Ordem de Execução emitida pela Administração.

2.3. A CONTRATADA deverá observar os prazos operacionais previstos no Termo de Referência, incluindo, quando aplicável, 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do contrato, 7 (sete) dias úteis para apresentação da ART após a assinatura, 5 (cinco) dias úteis para visita inicial após a Ordem de Execução, 5 (cinco) dias úteis para início da Etapa 01, 2 (dois) dias úteis para entrega dos relatórios após a conclusão da etapa e 5 (cinco) dias úteis para emissão da nota fiscal após aprovação do relatório.

2.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período inicialmente firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, nos termos do contrato, da matriz de riscos e da legislação aplicável.

2.5. A eventual prorrogação do prazo de execução dependerá de solicitação formal, justificativa, comprovação do evento impeditivo, demonstração de nexo causal e aprovação pela Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando o atraso decorrer de fato imputável à CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A execução do objeto observará o modelo de execução e gestão contratual previsto no Termo de Referência, no Projeto Executivo, no Memorial Descritivo, no Cronograma, na Planilha Orçamentária, na Ordem de Execução e neste Contrato.

3.2. A CONTRATADA somente poderá iniciar os serviços após emissão da Ordem de Execução e apresentação da documentação técnica exigível, especialmente a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução, sem prejuízo de outros documentos previstos no Termo de Referência.

3.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços mediante prévia Ordem de Execução, observando o cronograma aprovado, a necessidade de relatórios por etapa, a aprovação da fiscalização e as condições específicas de medição, liquidação e pagamento.

3.4. A gestão do contrato será exercida pelo gerente geral do CRF-PR, Edivar Gomes, a fiscalização administrativa pelo gerente de compras, Rodrigo Campilho, e a fiscalização técnica pelo engenheiro André Azevedo, CREA-PR 190.050/D, ou por outros agentes formalmente designados no processo administrativo.

3.5. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela conformidade técnica dos serviços, pela segurança dos trabalhadores e pela reparação de vícios, danos, defeitos ou desconformidades.

CLÁUSULA QUARTA - DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

4.1. Para fins deste Contrato, considera-se matriz de riscos a cláusula contratual que identifica, distribui e disciplina os riscos previsíveis relacionados à execução da reforma e adequação do estacionamento da Sede do CRF-PR, caracterizando a equação econômico-financeira inicial da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A Matriz de Alocação de Riscos integra este Contrato como Anexo I e constitui referência obrigatória

para a interpretação das obrigações contratuais, para a análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, para a apuração de responsabilidade por atrasos, falhas de execução, alterações de escopo, paralisações, glosas, sanções e demais intercorrências relacionadas à execução contratual.

4.3. A alocação dos riscos observará o objeto específico da contratação, consistente na execução de reforma do estacionamento do CRF-PR, incluindo demolições internas, preparo e descompactação do solo, pavimentação em paver, implantação de áreas permeáveis com grama esmeralda, sinalização de vagas, instalação de mini-guia de concreto, retirada/inclusão de vegetação e demais serviços descritos no Termo de Referência, no Memorial Descritivo, no Projeto Executivo, no Cronograma e na Planilha Orçamentária.

4.4. Constituem riscos ordinários assumidos pela CONTRATADA aqueles inerentes à execução do objeto, inclusive os relacionados à composição de custos, produtividade, logística, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, mobilização, desmobilização, organização da frente de serviço, descarte de resíduos, limpeza do ambiente, cumprimento de normas técnicas, segurança do trabalho, uso de EPIs/EPCs e observância das orientações da fiscalização.

4.5. Os riscos ordinários da execução, inclusive aqueles compatíveis com a natureza da obra, com as condições locais verificáveis em vistoria ou declaradas pela licitante, com as informações constantes dos documentos técnicos e com a rubrica de risco contemplada no BDI, não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro, indenização, compensação ou prorrogação de prazo, salvo hipótese expressamente prevista neste Contrato, na Matriz de Alocação de Riscos ou na legislação aplicável.

4.6. A não realização de vistoria pela licitante, quando substituída por declaração formal de conhecimento das condições locais, não poderá fundamentar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, do local de execução, da logística de acesso, da necessidade de mobilização adequada ou das peculiaridades informadas no Termo de Referência, inclusive quanto à restrição de tráfego de caminhões de grande porte na rua em que situada a sede do CRF-PR.

4.7. A ocorrência de evento de risco atribuído à Administração poderá ensejar prorrogação de prazo, alteração contratual ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que comprovados, pela CONTRATADA, a ocorrência do evento, onexo causal, a impossibilidade de mitigação, o impacto efetivo sobre prazo ou custo e a memória de cálculo correspondente.

4.8. A parte que identificar evento de risco deverá comunicá-lo formalmente à outra parte no prazo de 2 (dois) dias úteis, ou imediatamente quando houver paralisação, emergência ou imprevisto que impeça a execução da reforma, apresentando a descrição do evento, seus impactos, as providências de mitigação adotadas e os documentos comprobatórios disponíveis.

4.9. A ausência de comunicação tempestiva poderá afastar ou limitar eventual direito à prorrogação, recomposição, indenização ou compensação, quando demonstrado que a omissão prejudicou a adoção de medidas de mitigação ou agravou os efeitos do evento.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação parcial do objeto será admitida apenas nos limites do Termo de Referência, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, limitada aos serviços de retirada e inclusão de vegetação ou a outros expressamente autorizados pela Administração.

5.2. A subcontratação dependerá de prévia autorização formal do CONTRATANTE, apresentação da documentação de habilitação pertinente, comprovação da capacidade técnica da subcontratada e inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público.

5.3. A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, pela coordenação dos serviços, pela qualidade técnica, pela segurança dos trabalhadores e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e administrativas.

5.4. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo vedado pela legislação com dirigente ou agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação será aquele resultante da proposta vencedora, após aplicação do desconto ofertado no Pregão Eletrônico nº 5/2026 sobre o orçamento de referência.

6.2. O valor máximo aceitável da contratação é de R\$ 52.871,26 (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos), conforme Termo de Referência nº 1147526/2026, planilha orçamentária e reserva orçamentária constante dos autos.

6.3. No valor contratual estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive materiais, ferramentas, equipamentos, mobilização, desmobilização, transporte, frete, seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, lucro, descarte de resíduos, segurança do trabalho e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado conforme condições, etapas, marcos, medições e documentos previstos no Termo de Referência e neste Contrato, mediante apresentação de nota fiscal, relatório de execução, documentação exigível e atesto pela fiscalização contratual.

7.2. Para início das atividades, poderá ser realizado pagamento antecipado relativo ao Marco 01 - Preparação e Demolições Técnicas, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, bem como entrada de 10% (dez por cento) do valor previsto para os demais marcos, nos termos do Termo de Referência, calculados sobre o preço final da licitação após aplicação do desconto ofertado.

7.3. Os pagamentos remanescentes dependerão da execução da etapa correspondente, entrega do relatório de execução, aprovação pela fiscalização, emissão de nota fiscal e atesto, observadas as regras de liquidação e pagamento.

7.4. O CONTRATANTE poderá realizar glosas, retenções ou suspensão de pagamento quando houver execução em desconformidade, vícios, defeitos, relatório insuficiente, ausência de documentação, pendência fiscal ou trabalhista exigível, ou qualquer irregularidade imputável à CONTRATADA.

7.5. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa poderá ser liquidada e paga, observadas as condições contratuais e o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data-base do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais orçamentárias elaboradas com base na tabela SINAPI do mês de março de 2026.

8.2. Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser instruídos com demonstração do fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis,nexo causal, impacto financeiro, memória de cálculo, documentos comprobatórios e indicação da cláusula contratual ou evento de risco correspondente.

8.3. A necessidade de materiais, serviços ou providências não previstos no levantamento inicial somente poderá ensejar reequilíbrio econômico-financeiro quando caracterizada a imprevisibilidade, a necessidade técnica, o nexo causal com a execução do objeto e a inexistência de cobertura na planilha contratual, observando-se a Tabela SINAPI ou outra referência validada pela Administração.

8.4. Não serão admitidos pedidos de reequilíbrio fundados em riscos ordinários da execução atribuídos à CONTRATADA, tais como erro de planejamento, subdimensionamento de proposta, improdutividade, falha logística, atraso de fornecedores, desperdício, refazimento de serviços, emprego inadequado de materiais ou ausência de equipamentos suficientes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- II - disponibilizar as informações e documentos necessários à execução do objeto;
- III - permitir o acesso da CONTRATADA ao local de execução, observado o agendamento e as regras internas;
- IV - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- V - receber provisória e definitivamente o objeto, quando atendidas as condições contratuais;
- VI - efetuar os pagamentos devidos;
- VII - notificar a CONTRATADA sobre vícios, defeitos, falhas ou irregularidades;
- VIII - decidir sobre pedidos, requerimentos e pleitos contratuais;
- IX - aplicar as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando cabíveis.

9.2. O CONTRATANTE não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou subordinados.

9.3. O CONTRATANTE deverá verificar pendências, liberar áreas ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da execução, quando tais providências estiverem sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

- I - executar integralmente o objeto conforme edital, contrato, Termo de Referência, projeto, memorial, planilha, cronograma e normas técnicas;
- II - apresentar ART de execução antes do início dos serviços;
- III - fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e insumos necessários;
- IV - manter preposto responsável pela interlocução com o CONTRATANTE;
- V - observar as normas de segurança do trabalho, ambientais, urbanísticas e técnicas aplicáveis;
- VI - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções;
- VII - manter o local limpo, organizado e seguro;
- VIII - descartar corretamente resíduos e entulhos;
- IX - responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- X - apresentar relatórios de execução, registros fotográficos e demais documentos exigidos;
- XI - manter as condições de habilitação;
- XII - obter ou solicitar os documentos ordinários, licenças e certidões de habilitação, na forma do Termo de Referência.
- XIII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XIV - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

XV - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

XVI - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XVII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

XVIII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XIX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XX - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXI - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

XXII - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

XXIII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XXIV - Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XXV - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

XXVI - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XXVII - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XXVIII - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XXIX - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXX - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XXXI - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

XXXII - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

8.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços sem interferir indevidamente nas atividades ordinárias do CRF-PR, adotando planejamento de acesso, isolamento, sinalização e segurança compatível com a continuidade das atividades administrativas da Autarquia.

8.3. A CONTRATADA não poderá alterar soluções técnicas, substituir materiais, modificar quantitativos ou executar serviços fora do escopo sem autorização formal da fiscalização e, quando necessário, da autoridade competente, sob pena de não reconhecimento dos custos e aplicação das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA, SEGURANÇA E DOCUMENTAÇÃO

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à execução do objeto, emitida por profissional habilitado e compatível com as atividades a serem realizadas.

11.2. A CONTRATADA deverá observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis, as normas de segurança e saúde no trabalho, as exigências ambientais, as regras de descarte de resíduos, bem como eventuais determinações de órgãos públicos competentes relacionadas à execução do objeto.

11.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA a documentação técnica ordinária sob sua competência, inclusive relatórios, registros de execução, comprovantes de destinação de resíduos quando exigidos, documentação da equipe e demais documentos necessários à comprovação da regularidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. O objeto será recebido provisoriamente pela fiscalização após verificação inicial da execução, mediante termo ou registro próprio, podendo ser apontadas correções, ajustes ou complementações a serem realizadas pela CONTRATADA.

12.2. O recebimento definitivo dependerá da verificação da conformidade integral dos serviços com o contrato, projeto, memorial, especificações, planilha, cronograma, normas técnicas e demais documentos aplicáveis, bem como da entrega da documentação exigível.

12.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios ocultos, defeitos de execução, falhas de qualidade, responsabilidade técnica, garantias legais e obrigações remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A CONTRATADA responderá pelos serviços, segurança, qualidade e adequação técnica dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das garantias específicas previstas no Termo de Referência, no edital, na proposta e nas normas técnicas pertinentes.

13.2. Será exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pelas modalidades previstas nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições do Termo de Referência.

13.3. Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

13.4. A garantia assegurará, entre outros, o pagamento de prejuízos decorrentes do inadimplemento, multas moratórias e punitivas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, reparação de danos e demais hipóteses previstas no Termo de Referência e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que praticar quaisquer das condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, no Termo de Referência e neste Contrato, especialmente quando der causa à

inexecução parcial ou total do contrato, atrasar injustificadamente a execução, apresentar documentação falsa, praticar fraude, comportar-se de modo inidôneo, cometer ato lesivo ou descumprir obrigações contratuais.

14.2. Poderão ser aplicadas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

14.3. As multas, glosas, retenções e indenizações poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativamente ou judicialmente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e neste instrumento, especialmente em caso de descumprimento de obrigações, inexecução total ou parcial, atraso injustificado, paralisação indevida, perda das condições de habilitação, prática de atos ilícitos ou interesse público devidamente justificado.

15.2. A extinção contratual observará o contraditório e a ampla defesa quando imputada à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de sanções, cobrança de perdas e danos, execução de garantias eventualmente prestadas e adoção de medidas para continuidade do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais observarão os limites, requisitos e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, no edital, no Termo de Referência e neste Contrato.

16.2. A execução de serviços não previstos, acréscimos, supressões, alterações de projeto, mudanças de solução técnica ou substituição de materiais dependerão de prévia autorização formal do CONTRATANTE, sob pena de não reconhecimento dos respectivos custos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios do CONTRATANTE, conforme dotação indicada no processo administrativo e Nota de Pré-Empenho nº 00011/2026, no elemento de despesa 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras em Andamento, ou outro que venha a substituí-lo por adequação contábil formalmente registrada nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As partes comprometem-se a observar a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, limitando-se tal tratamento às finalidades necessárias ao cumprimento do contrato, de obrigações legais e ao exercício regular de direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação deste instrumento na forma da Lei nº 14.133/2021, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, quando aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

20.1. O CONTRATADO tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares do serviço a ser executado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

20.2. Aplica-se ao presente contrato todas as disposições do Termo de Referência e demais documentos que instruiu o procedimento administrativo SEI – CRFPR 25.5.000005427-4, ainda que não totalmente reproduzidas neste contrato.

20.3. Os signatários do presente termo autorizam a divulgação dos dados nele contidos nos meios de publicação atinentes, inclusive aqueles eventualmente classificados como pessoais ou de identificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba/PR, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, ressalvadas as competências legais específicas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR CONTRATANTE

[●]
CONTRATADA

ANEXO I - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS REFORMA DO ESTACIONAMENTO DO CRF-PR - TR Nº 1147526/2026

Esta Matriz de Alocação de Riscos integra o contrato de prestação de serviços de engenharia para execução da Reforma do Estacionamento do CRF-PR, devendo ser interpretada em conjunto com o Termo de Referência nº 1147526/2026, o Estudo Técnico Preliminar, o Memorial Descritivo, o Projeto Executivo, o Cronograma, a Planilha Orçamentária, o Edital e o Contrato.

A matriz disciplina a alocação dos riscos previsíveis relativos à execução do objeto, ao cumprimento do cronograma, à qualidade dos serviços, à utilização de materiais, à documentação técnica, à subcontratação permitida, aos pagamentos, às licenças, à fiscalização e ao recebimento do objeto.

Os riscos ordinários da execução, inclusive aqueles já contemplados na proposta, na planilha orçamentária, no BDI e no percentual de desconto ofertado na licitação, serão suportados pela CONTRATADA, não gerando direito automático a reequilíbrio econômico-financeiro, indenização, compensação ou prorrogação de prazo.

Os riscos atribuídos à Administração somente gerarão consequências contratuais quando comprovados o fato, o nexo causal e o impacto efetivo sobre a execução, observado o procedimento previsto no contrato e no Termo de Referência.

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
1	Erro de execução, serviço em desconformidade com o Projeto Executivo, Memorial Descritivo ou Termo de Referência	Contratada	Correção ou refazimento às expensas da Contratada, sem reequilíbrio ou prorrogação

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
2	Redução indevida da área permeável final de 453,71 m² ou execução em desconformidade com as cotas e dimensões do projeto	Contratada	Correção integral, sem pagamento adicional, sem prejuízo de sanções
3	Erro na execução do paver, sub-base, colchão de areia, juntas, travamento ou nivelamento	Contratada	Correção técnica às expensas da Contratada
4	Falha na descompactação mínima do solo, na implantação da grama esmeralda, da terra vegetal ou da compensação drenante	Contratada	Refazimento ou adequação sem reequilíbrio
5	Demarcação incorreta das vagas, uso inadequado de tinta, falha na sinalização ou instalação incorreta de mini-guia	Contratada	Correção sem acréscimo de valor ou prazo
6	Mau uso, desperdício, perda ou emprego inadequado de materiais	Contratada	Sem pagamento adicional; possível glosa ou sanção
7	Utilização de materiais de baixa qualidade, incompatíveis ou não aprovados pela fiscalização	Contratada	Substituição dos materiais e correção dos serviços
8	Falta de materiais, ferramentas, equipamentos, maquinário, adaptadores, EPs ou EPCs necessários à execução	Contratada	Sem reequilíbrio; possível paralisação imputável à Contratada
9	Ausência de uniforme, identificação, EPs ou condições mínimas de segurança da equipe	Contratada	Impedimento de execução, registro de ocorrência e possível sanção
10	Dano ao patrimônio do CRF-PR, a terceiros, a empregados ou a bens públicos ou privados causado pela Contratada	Contratada	Reparação integral, indenização e eventual execução de garantia
11	Descumprimento das regras ambientais, descarte inadequado de resíduos ou falha na limpeza pós-serviço	Contratada	Correção, limpeza, reparação e eventual sanção
12	Condições visíveis do local, peculiaridades das instalações ou logística de acesso verificáveis em vistoria ou declaradas no TR	Contratada	Sem reequilíbrio; ônus incorporado à proposta
13	Não realização de vistoria, substituída por declaração de conhecimento das condições locais	Contratada	Vedada alegação posterior de desconhecimento
14	Restrição de acesso de caminhões de grande porte na rua do CRF-PR, informada no TR	Contratada	Risco logístico da Contratada; sem reequilíbrio
15	Atraso na mobilização de equipe, equipamentos, fornecedores, materiais ou subcontratada	Contratada	Sem prorrogação automática; possível sanção
16	Atraso decorrente de subcontratada autorizada para retirada ou inclusão de vegetação	Contratada	Responsabilidade integral da Contratada principal
17	Subcontratação sem autorização prévia ou acima do limite de 30%	Contratada	Inexecução contratual, glosa e sanções cabíveis
18	Falta de documentação de habilitação ou de atestado técnico da subcontratada	Contratada	Não autorização da subcontratação e responsabilidade por atrasos
19	Ausência ou atraso na emissão da ART de execução pela Contratada	Contratada	Impedimento de execução, registro de ocorrência e sanções
20	Falha, atraso ou omissão na entrega dos relatórios de execução por etapa	Contratada	Suspensão do atesto, retenção/glosa de pagamento e possível sanção
21	Erro, insuficiência ou ausência de fotos, descrição de serviços, materiais e valores nos relatórios	Contratada	Devolução para correção; postergação do pagamento sem ônus ao CRF-PR
22	Necessidade de materiais ou serviços imprevisíveis não contemplados no levantamento inicial	Compartilhado/Administração, conforme análise	Possível reequilíbrio, mediante justificativa técnica, orçamento SINAPI ou referência validada, análise técnica e jurídica
23	Material ordinário previsto ou previsível, mas omitido na proposta, mal dimensionado ou desperdiçado	Contratada	Sem reequilíbrio
24	Chuva pontual ou sazonalidade ordinária de Curitiba	Contratada	Sem reequilíbrio; reprogramação somente se houver impedimento concreto registrado
25	Evento climático extraordinário e comprovadamente impeditivo da execução	Compartilhado	Possível reprogramação de prazo; custos apenas se comprovados e não cobertos pelo risco ordinário
26	Paralisação por determinação da Administração, sem culpa da Contratada	Administração	Prorrogação do cronograma pelo período correspondente e análise de impactos comprovados
27	Atraso na emissão de Ordem de Execução ou na liberação de frente de serviço por fato da Administração	Administração	Possível reprogramação de prazo

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
28	Atraso ou vencimento de alvará/autorização ambiental previamente emitidos e cuja renovação dependa de providência do CRF-PR, desde que comunicado pela Contratada	Administração	Reprogramação de prazo, se houver impacto comprovado
29	Omissão da Contratada em avisar sobre vencimento de alvará, autorização ambiental ou documento necessário à execução	Contratada	Responsabilidade por atrasos decorrentes da omissão
30	Solicitação ordinária de licenças, certidões, certificados ou documentos necessários ao recebimento definitivo, quando atribuída à Contratada no TR	Contratada	Obrigação sem ônus adicional ao CRF-PR
31	Alteração de escopo, quantitativo, solução técnica ou projeto por determinação da Administração	Administração	Possível termo aditivo, ajuste de prazo e/ou valor
32	Alteração de solução técnica por conveniência da Contratada, sem autorização formal	Contratada	Ausência de pagamento adicional; possível refazimento
33	Execução de serviço sem autorização formal ou fora da Ordem de Execução	Contratada	Ausência de direito ao pagamento; possível desfazimento ou adequação
34	Falha de comunicação do preposto ou ausência em reuniões/convocações	Contratada	Registro de irregularidade e possível responsabilização
35	Comunicação direta indevida que caracterize subordinação entre equipe da Contratada e empregados do CRF-PR	Contratada	Correção do fluxo de comunicação e possível advertência
36	Atraso na visita inicial, no início da Etapa 01, no cumprimento do cronograma de 5 semanas ou na emissão de nota fiscal	Contratada	Registro de ocorrência e possível apuração de responsabilidade
37	Descumprimento dos prazos por causa justificada, formalmente comunicada e aceita pela Administração	Conforme causa	Possível prorrogação a critério da Administração
38	Pagamento antecipado previsto no TR para o Marco 01 e para os demais marcos	Administração	Realização conforme TR, contrato e valor final da licitação
39	Glosa, retenção ou suspensão de pagamento por execução inadequada, relatório insuficiente ou pendência documental	Contratada	Sem mora da Administração até saneamento
40	Atraso de pagamento após medição aprovada, nota fiscal correta e ausência de pendência imputável à Contratada	Administração	Consequências contratuais e legais cabíveis
41	Irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária da Contratada durante a execução	Contratada	Notificação, retenções legais, eventual rescisão ou sanção
42	Defeito aparente em serviço executado	Contratada	Correção no prazo de garantia aplicável
43	Defeito que comprometa solidez ou segurança estrutural	Contratada	Responsabilidade pelo prazo legal aplicável, sem prejuízo de indenização
44	Fiscalização técnica, administrativa ou gerencial pelo CRF-PR	Administração	Não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada
45	Caso fortuito ou força maior comprovado, externo, inevitável e impeditivo da execução	Compartilhado	Análise caso a caso; possível suspensão, prorrogação, revisão ou extinção

Procedimento para comunicação de eventos de risco

A Contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal e/ou gestor do contrato qualquer evento que possa impactar prazo, custo, qualidade, segurança, escopo ou continuidade da execução.

A comunicação deverá ser imediata nos casos de paralisação, emergência, acidente, impossibilidade de execução por condição climática, vencimento de documento essencial, interferência relevante, dano ao patrimônio ou necessidade de material/serviço imprevisível.

A comunicação deverá conter: I - descrição objetiva do evento; II - data de ocorrência e duração estimada; III - etapa do cronograma afetada; IV - providências de mitigação adotadas; V - documentos comprobatórios, fotografias, relatórios ou registros técnicos; VI - indicação do impacto em prazo, custo ou qualidade.

A ausência de comunicação tempestiva poderá afastar ou limitar eventual direito à prorrogação, reequilíbrio, indenização ou compensação, especialmente quando impedir a Administração de adotar medidas de mitigação.

Reequilíbrio econômico-financeiro

O reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitido nas hipóteses legalmente cabíveis e quando o evento não estiver alocado como risco ordinário da Contratada.

No caso de necessidade de materiais ou serviços imprevisíveis não contemplados no levantamento inicial, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica da necessidade, demonstração de que o item não estava contemplado na planilha, orçamento baseado na Tabela SINAPI ou em referência validada e memória de cálculo do impacto.

O pedido será submetido à análise técnica e jurídica, não havendo direito ao pagamento adicional antes da aprovação formal pela Administração.

Não será admitido reequilíbrio por erro de proposta, mau dimensionamento, desperdício, negligência, atraso de fornecedor, logística inadequada, falta de equipamentos, baixa produtividade ou custos ordinários já contemplados na proposta e no BDI.

Pagamentos, glosas e recebimento

Os pagamentos observarão o Termo de Referência, inclusive quanto à antecipação prevista para o Marco 01 e à entrada de 10% dos demais marcos, calculadas sobre o preço final da licitação, aplicado o desconto ofertado.

Os pagamentos remanescentes dependerão da execução da etapa correspondente, entrega do relatório de execução, aprovação pela fiscalização, emissão da nota fiscal e atesto, observadas as regras de liquidação.

Poderá haver retenção ou glosa proporcional quando constatada execução insuficiente, qualidade inferior à exigida, emprego inadequado de materiais, ausência de recursos humanos ou materiais exigidos, relatório incompleto, pendência documental ou desconformidade técnica.

Garantia contratual e garantia dos serviços

A garantia contratual observará o Termo de Referência, no percentual de 5% do valor da contratação, sem prejuízo da garantia adicional exigível quando a proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração.

A garantia contratual poderá ser utilizada para cobertura de prejuízos decorrentes do inadimplemento, multas, obrigações trabalhistas, previdenciárias e demais hipóteses previstas no Termo de Referência e no contrato.

A garantia contratual não se confunde com a garantia dos serviços de engenharia, que observará os prazos legais aplicáveis, inclusive quanto a defeitos aparentes e solidez/segurança.

Disposições finais

Esta matriz prevalecerá para fins de interpretação das responsabilidades contratuais, sem afastar o Termo de Referência, o Projeto Executivo, o Memorial Descritivo, o Cronograma, a Planilha Orçamentária, o Edital e a Lei nº 14.133/2021.

Em caso de divergência entre esta matriz e o Termo de Referência, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve o escopo licitado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, a segurança da execução, a responsabilidade técnica da Contratada e o interesse público.

Os casos omissos serão avaliados pela Administração, mediante motivação técnica e jurídica, observadas a boa-fé objetiva, a razoabilidade, a proporcionalidade e a matriz de riscos pactuada.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 08/05/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1189809** e o código CRC **825EB167**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

ANEXO 03 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná – CRF-PR

Pregão Eletrônico nº [00/2026]

1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

- **Razão Social:** [Preencher]
- **CNPJ:** [Preencher]
- **Endereço:** [Preencher]
- **Representante Legal (Nome/CPF):** [Preencher]
- **E-mail e Telefone:** [Preencher]

2. PROPOSTA FINANCEIRA (CRITÉRIO: MAIOR DESCONTO)

A proponente declara que submete-se a todas as cláusulas do Edital e propõe a execução do objeto (**Ampliação de Estacionamento**) conforme os valores abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Valor Estimado (R\$)	Percentual de Desconto Ofertado (%)	Valor Global Final (R\$)
1	Execução de obra de engenharia para ampliação de estacionamento	R\$ 50.271,08	_____ %	R\$ _____

Nota: O desconto ofertado é linear e incidirá sobre todos os itens da planilha orçamentária constante no Termo de Referência.

3. COMPOSIÇÃO DO BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS)

Conforme exigência do Edital, detalhamos abaixo a composição do BDI adotada nesta proposta:

Sigla	Componente do BDI	Percentual (%)
AC	Administração Central	%
S+G	Seguros e Garantias	%
R	Riscos e Imprevistos	%
DF	Despesas Financeiras	%
L	Lucro Bruto	%
I	Tributos (PIS, COFINS, ISS) PIS COFINS ISS CPRB	%
BDI	PERCENTUAL TOTAL DE BDI CALCULADO	_____ %

Obs: Para o cálculo dos tributos, a licitante deve considerar sua natureza jurídica e o regime de desoneração da folha de pagamento, se aplicável.

4. PRAZOS E VALIDADE

- **Validade da Proposta:** [Mínimo de 60] dias.
- **Prazo de Execução:** Conforme Cronograma Físico-Financeiro do Edital.
- **Garantia da Obra:** Mínimo de 05 (cinco) anos, conforme art. 618 do Código Civil.

5. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.
2. Declaramos que temos pleno conhecimento do local das obras e das condições para sua execução.
3. Declaramos que a proposta está em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
4. [Demais declarações que se façam necessárias]

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de 202X.

[Assinatura do Representante Legal]

**A Planilha de Orçamento readequada DEVE ser entregue junto a esta proposta para avaliação do pregoeiro. Isso significa que se deve aplicar o desconto ofertado em cada item unitário da planilha original para que o contrato final tenha os preços exatos que serão medidos.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 04/05/2026, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1177232** e o código CRC **96F2FDA8**.



















CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

A planilha de orçamento, por seu conteúdo extenso e sua configuração, será disponibilizada no site institucional, apenas. O Sei! não comporta o arquivo por seu formato e tamanho. [ACESSE AQUI](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 08/05/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1189906** e o código CRC **F97EAE10**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

ANEXO 06 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIENCIA DAS CONDIÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: [Número do Processo]

MODALIDADE: [Ex: Concorrência/Pregão Eletrônico]

OBJETO: Ampliação de estacionamento do CRF-PR, conforme especificações do Termo de Referência e Projetos.

A empresa [NOME DA EMPRESA/RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) [NOME DO REPRESENTANTE], portador(a) da Carteira de Identidade nº [Número] e do CPF nº [Número], para fins do cumprimento ao disposto no edital supramencionado, DECLARA que:

1) Tem pleno conhecimento das condições locais, da natureza e do escopo dos serviços objeto desta licitação, bem como de todas as dificuldades e peculiaridades inerentes à execução da ampliação do estacionamento no local designado.

2) Recebeu e analisou minuciosamente todos os documentos, projetos, plantas e especificações técnicas que compõem o edital, considerando-os suficientes para a elaboração de sua proposta de preços.

3) (Optativo: Caso tenha feito a visita) Realizou vistoria técnica nas dependências onde os serviços serão executados, estando ciente de todos os detalhes que possam influenciar nos custos e prazos de execução.

OU

3) (Optativo: Caso não tenha feito a visita) Optou por não realizar a vistoria técnica, assumindo, por conta e risco, a responsabilidade por eventuais divergências entre suas estimativas e as condições reais do local, não podendo alegar desconhecimento para fins de aditivos contratuais ou pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por fatos que seriam identificáveis em vistoria.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

(Assinatura do Representante Legal)

[Nome Completo]

[Cargo na Empresa]



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 08/05/2026, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1189927** e o código CRC **6C1AE5AF**.